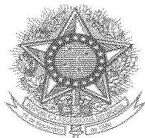


COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

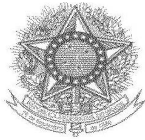
54ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Plenário nº 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Lira Maia, Presidente, para a realização de Reunião de Audiência Pública decorrente do Requerimento nº 100/2011, do Deputado Onyx Lorenzoni – com a ementa: “Apurar denúncias de ação abusiva de agentes da fiscalização do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal contra associados ao Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras/RS e contra produtores rurais de todo o Brasil”. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: Lira Maia - Presidente; Celso Maldaner - Vice-Presidente; Abelardo Lupion, Assis do Couto, Dilceu Sperafico, Homero Pereira, Jairo Ataíde, Jesus Rodrigues, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Marcon, Moacir Micheletto, Nelson Padovani, Paulo Cesar Quartiero, Paulo Piau, Pedro Chaves, Reinhold Stephanes e Ronaldo Caiado - Titulares; Afonso Hamm, Luiz Carlos Setim, Nilson Leitão, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Dörner e Valdir Colatto - Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alceu Moreira, Arthur Lira, Beto Faro, Bohn Gass, Carlos Magno, Davi Alves Silva Júnior, Domingos Sávio, Edson Pimenta, Francisco Araújo, Heleno Silva, Hélio Santos, João Pizzolatti, José Nunes, Josias Gomes, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Moreira Mendes, Nilton Capixaba, Reinaldo Azambuja, Vander Loubet, Vitor Penido e Zé Silva. Justificou a ausência a Deputada Antônia Lúcia. **ABERTURA:** O presidente da Comissão declarou abertos os trabalhos, cumprimentou todos, esclareceu as regras e procedimentos da Audiência, informando que a lista de inscrições para os debates estava à disposição dos deputados. O presidente, Deputado Lira Maia, explicou que, por uma praxe, passa a presidência da Reunião ao autor do Requerimento, Deputado Onyx Lorenzoni, que convidou para compor a mesa os senhores expositores convidados: Débora Tito Farias, Coordenadora-Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho e Procuradora Regional do Trabalho da 6ª Região, Pernambuco; Guilherme Moreira, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego; Elmiz Rocha Júnior, Delegado de Polícia Federal; Frederico Diamantino Bonfim e Silva, diretor da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ; Marconi Christianetti, presidente do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras/RS; Vanir Kolln, presidente do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães/BA; vereador Luiz Orlando dos Santos Clímaco, presidente da Câmara de Vereadores de Ibiraiaras/RS; Convidou também a ocupar cadeiras da bancada os demais convidados: Antônio Balbino, presidente do Sindicato Rural de Barreiras/BA; Reinildo Ney dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Eduardo Magalhães/BA; José Gomes Barreto, Cion Carlos Bocchi, Ricardo Zanette, Ivonir Tessaro, Magnos Ariel Christianetti, Edson



Picoloto, José Benedetti, Alexandre Festo, Luciano Piva, Ademar Boito, Rodrigo Vassoler e Renan Puerori, estes membros do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras/RS. Em seguida, o presidente em exercício, Deputado Onyx Lorenzoni, passou a palavra ao primeiro expositor, Marconi Christianetti, presidente do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras/RS, esclarecendo que o tempo dos expositores é de vinte minutos. Dando prosseguimento, o presidente passou, em sequência, ao Vereador Luiz Orlando dos Santos Clímaco, que, em sua fala, passou a palavra, para um registro dos fatos com apresentação audiovisual, ao advogado Adão Paiani. Logo após, a palavra foi concedida a Vanir Antonio Kolln, que apresentou vídeo com depoimentos de produtores rurais de Ibiraiaras e depois procedeu ao seu pronunciamento. O presidente em exercício, Deputado Onyx Lorenzoni, interrompeu a ordem dos expositores e concedeu a palavra ao Deputado Marcon, que a solicitou por ter de se retirar em alguns minutos. Em seguida, o Deputado Oziel Oliveira solicitou a palavra para ser repassada ao agricultor Antonio Rodrigues Soares, que também prestou um depoimento pessoal. O presidente cedeu a palavra ao prefeito de Ubiraiaras, Ferdinando Dallagnol, por três minutos. Em seguimento à ordem da Reunião, o presidente retornou a palavra aos expositores, a cedendo para Débora Tito Farias, e, logo depois, em sequência, a Guilherme Moreira. Após solicitada, a palavra foi concedida pelo presidente a Rosângela Silva Rassy, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, por três minutos. Logo depois, a palavra foi concedida ao expositor Elmiz Rocha Júnior, delegado da Polícia Federal, que anunciou a necessidade de se ausentar em razão de participação em comissão no Senado Federal. Após, o presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, dirigiu palavras diretamente ao representante da Polícia Federal, que, em seguida, se retirou. Logo depois, o presidente retornou a palavra ao senhor Luiz Orlando dos Santos Clímaco, e, para um esclarecimento, a Marconi Christianetti. Após, o presidente passou a palavra aos deputados inscritos: Moacir Micheletto; Oziel de Oliveira; Jesus Rodrigues; e, para respostas, à Dra. Débora Tito Farias; em seguida, aos Deputados Luis Carlos Heinze; Paulo Piau; Paulo Cesar Quartiero; Reinhold Stephanes; Ronaldo Caiado; Homero Pereira; e Valdir Colatto. Assumiu a presidência o Deputado Moacir Micheletto e passou a palavra ao próximo orador, Deputado Onyx Lorenzoni. Retomando a Presidência, o Deputado Onyx Lorenzoni passou a palavra, para considerações finais, breves em razão da iminência da realização da Ordem do Dia na Sessão Plenária da Câmara dos Deputados, a Marconi Christianetti, que, em sua fala, indagou se a representante do Ministério Público do Trabalho, Débora Tito Farias, concordaria em promover uma audiência na cidade de Ibiraiaras. Esta assentiu em discutir essa possibilidade. Em seguida, o presidente passou a palavra, para considerações finais, a Luiz Orlando dos Santos Clímaco. Encerradas as considerações finais, a palavra foi concedida pelo presidente ao agricultor e vereador Alexandre Zwirtes, de Ibiraiaras. Dando prosseguimento, o presidente registrou a presença e passou a palavra a Moizes Schmidt, vice-presidente do Sindicato dos Produtores de Barreto. Antes de finalizar a Reunião, o presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, determinou à Secretaria da Comissão que a gravação desta Audiência Pública seja enviada à Corregedoria da Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, à Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, à Corregedoria do Ministério do Trabalho e Emprego, e ao Conselho Nacional do Ministério Público, e que se devem acolher o conjunto de requerimentos que julgue a comunidade de Ibiraiaras e de Luis Eduardo Magalhães importantes para acompanhar a gravação, que deverá estar concluída em vinte dias. O Deputado Valdir Colatto sugeriu que se incluísse na relação que receberá a gravação desta Reunião o Conselho Nacional do Ministério



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Público. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Deputado Onyx Lorenzoni, agradeceu a presença dos membros e encerrou a reunião às dezoito horas e dez minutos, antes, porém, convidou os membros a participarem de Reunião Ordinária (Deliberativa), dia vinte e oito de setembro do corrente, às dez horas, no Plenário 6 do Anexo II desta Casa. O inteiro teor foi gravado, passando as notas taquigráficas a integrarem o acervo documental desta reunião. E para constar, eu, Moizes Lobo da Cunha _____, Secretário, lavrei a presente ATA, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Lira Maia _____ Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1486/11	DATA: 27/09/2011
INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 18h10min	DURAÇÃO: 03h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h28min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCONI CHRISTIANETTI – Presidente do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul.
LUIZ ORLANDO DOS SANTOS CLIMACO – Presidente da Câmara de Vereadores de Ibiraiaras.
ADÃO PAIANI – Ex-ouvidor agrário do Governo do Rio Grande do Sul.
VANIR ANTÔNIO KÖLLN – Presidente do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, Bahia.
REINILDO NEY DOS SANTOS – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, Bahia.
ANTÔNIO SOARES – Produtor rural em Luís Eduardo Magalhães, Bahia.
FERDINANDO DALLAGNOL – Prefeito de Ibiraiaras.
DÉBORA TITO FARIAS – Coordenadora Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho e Procuradora Regional do Trabalho da 6ª Região, Pernambuco.
ELMIZ ROCHA JÚNIOR – Delegado de Polícia Federal.
GUILHERME MOREIRA – Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
ROSÂNGELA SILVA RASSY – Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.
FREDERICO DIAMANTINO BONFIM E SILVA – Diretor da Associação Brasileira de Criadores de Zebu – ABCZ.
ALEXANDRE ZWISTES – Vereador de Ibiraiaras.

MOISÉS SCHMIDT – Vice-Presidente do Sindicato Patronal de Barreiras, Bahia.

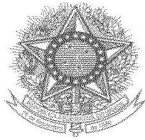
SUMÁRIO: Apuração de denúncias de ação abusiva de agentes de fiscalização do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal contra associados ao Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul, e contra produtores rurais de todo o Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.

Há oradores não identificados em breves intervenções.



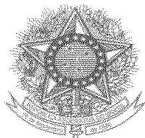
O SR. PRESIDENTE (Deputado Lira Maia) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados convocada para apurar denúncias de ação abusiva de agentes de fiscalização do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal contra associados ao Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul, e contra produtores rurais de todo o Brasil.

Esta audiência pública foi proposta pelo Deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas do Rio Grande do Sul.

Foram convidados como expositores desta audiência a Sra. Débora Tito Farias, Coordenadora Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho e Procuradora Regional do Trabalho da 6ª Região, Pernambuco, e os Srs. Guilherme Moreira, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego, Elmiz Rocha Júnior, Delegado de Polícia Federal, Frederico Diamantino Bonfim e Silva, Diretor da Associação Brasileira de Criadores de Zebu — ABCZ, Vanir Antônio Kölln, Presidente do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, Marconi Christianetti, Presidente do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul, e Aloísio Pacine Tostes, Presidente da Confederação Brasileira de Criadores de Pássaros — COBRAP, que justificou a ausência. Convido todos para tomarem assento à Mesa, por gentileza. *(Pausa.)*

Foram convidados também para participar desta audiência o Sr. Vereador Luiz Orlando dos Santos Climaco, Presidente da Câmara de Vereadores de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul, que encaminhou a este Colegiado moção de repúdio à ação desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho da Cidade de Caxias do Sul, representado pelo Procurador do Trabalho Dr. Rodrigo Maffei, contra os produtores de batatas do Município de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul; Antônio Balbino, Presidente do Sindicato Rural de Barreiras, Bahia; Reinildo Ney dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, Bahia; José Gomes Barreto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, Bahia; Carlos Bocchi, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul; Ricardo Zanette, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras, Rio Grande do Sul; Ivonir Tessaro, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de



Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; Magnos Ariel Christianetti, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; Edson Picoloto, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; José Benedetti, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; Alexandre Festo, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; Luciano Piva, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; Ademair Boito, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; Rodrigues Vassoler, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul; e Renan Puerori, membro do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraíaras, Rio Grande do Sul.

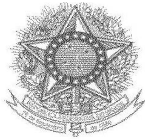
Saúdo os convidados da Mesa e peço aos demais convidados que se aproximem. Infelizmente não temos lugar para todos na Mesa, mas, se quiserem ficar mais perto, fiquem à vontade.

Desta bancada também deverão participar outros Deputados que aqui deverão chegar.

Informo aos Parlamentares que os expositores terão prazo de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Eu, em nome da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural desta Casa, dou boas-vindas a todos. Que nós possamos ter uma reunião de trabalho produtiva. É um assunto que tem sido muito discutido na Câmara dos Deputados, por intermédio desta Comissão. Temos todo o interesse de fazer alguns esclarecimentos, mas sobretudo de fazer com que a agropecuária brasileira funcione a contento, funcione bem. Os membros desta Comissão têm tido essa preocupação. E, infelizmente, ao longo do nosso trabalho têm surgido algumas denúncias de ações exageradas feitas por este País afora. Portanto, é um dever desta Comissão sentar-se, numa tarde como a de hoje, trazendo V.Sas., amigos, aqui, para este debate. Que nós possamos ter uma excelente reunião e um grande debate.

E, como de praxe, eu gostaria de convidar o autor do requerimento que propõe esta reunião, o nosso Deputado Onyx Lorenzoni, do Rio Grande do Sul, para presidir



os trabalhos, uma vez que é de praxe nesta Casa estas reuniões serem presididas por seus proponentes.

Portanto, eu convido o Deputado Onyx Lorenzoni para assumir a Presidência dos trabalhos, agradecendo a todos a presença e dizendo que é uma honra recebê-los nesta Casa. *(Pausa.)*

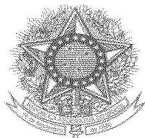
O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Agradeço ao Presidente Lira Maia a deferência, agradeço a todos a presença, e vamos passar imediatamente à nossa audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Marconi Christianetti, que é o Presidente do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras, pelo prazo de até 20 minutos.

O SR. MARCONI CHRISTIANETTI - Bem, eu venho a Brasília motivado por alguns fatos que aconteceram na nossa cidade.

Certo dia, eu estava na minha empresa, trabalhando, quando me deparei com um fiscal do Ministério do Trabalho de Passo Fundo e policiais federais armados dentro da minha empresa, os quais me solicitaram que apresentasse a documentação dos funcionários e que os conduzisse até a lavoura ou até onde os funcionários estivessem. Na metade do caminho até as casas onde os funcionários moram havia um delegado da Polícia Federal. Dali nós fomos para a minha lavoura, começamos a conversar com os catadores de batatas, como nós os chamamos, e, enquanto o delegado interrogava os catadores, eu e o meu sócio começamos a conversar, até amigavelmente, com os policiais federais, até que em certo momento meu irmão pediu a um dos policiais: "Tire o dedo do gatilho, aqui não tem bandido nenhum", e o policial, sem olhar para ele, respondeu: "É procedimento de trabalho", com uma voz bem ríspida. Momentos depois passou o delegado por nós, e eu comentei com um sócio meu: "Esse é o delegado", e o meu sócio disse: "Então, com esse aí o bicho pega"; o policial federal, armado de novo, disse: "Não, esse aí só manda, quem faz o bicho pegar somos nós".

O que eu posso dizer é o seguinte: Ibiraiaras é uma cidade em que a principal cultura é a batata, mas somos produtores são pequenos. A maioria planta 2, 3, 4, 5 hectares de batata. Não há como plantar essa quantidade de batatas e encaixar-se em todas essas leis, como estão querendo que a gente faça. Não há condição! Nós damos, o nosso condomínio é o único da região que fornece banheiro químico, EPI,



protetor solar, outras coisas mais das quais não me lembro agora, e nós estamos sendo investigados continuamente! É uma investigação em cima da outra sobre nós.

Até fiquei meio nervoso agora, não sei nem o que dizer.

Mas, enfim, o que aconteceu, numa cidade de 3 mil a 4 mil habitantes, ver a Polícia Federal entrar na minha loja, armada, para mim foi terrível. É uma imagem que até hoje não foi apagada lá. Marconi Christianetti ter problema com a Polícia Federal?! Eu entrei em depressão profunda. Até hoje estou em tratamento. Isso não vem ao caso, é lógico, mas, numa cidade de 3 mil a 4 mil habitantes, os senhores pensem na repercussão que isso teve! Aí...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCONI CHRISTIANETTI - Desculpem-me, vem ao caso, sim. Isso é uma agressão. Vem ao caso, sim, fiquem tranquilos quanto a isso. É claro, isso desestrutura qualquer um. No meu caso, isso vai desestruturar-me não sei por quanto tempo.

A minha contadora passou pela mesma situação. No dia em que isso aconteceu, quando ela chegou ao seu escritório, estava a Polícia Federal lá, numa cidade um pouco maior, mas nem tanto.

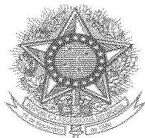
O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Quando é que foi, Marconi?

O SR. MARCONI CHRISTIANETTIN - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Qual foi o dia?

O SR. MARCONI CHRISTIANETTIN - Foi no dia 7 de julho. Nós sofremos a primeira investigação, nessa safra de batata, no dia 1º de julho. Nós achamos que ia ser normal, como as outras, quando que eles vinham, pediam a documentação de registro, e coisa e tal, e beleza! Como nós tínhamos isso feito, ficamos tranquilos. Sete dias depois acontece esse episódio, nada agradável, isso eu posso garantir aos senhores.

E alguns dias depois nós fomos intimados a uma audiência no Ministério do Trabalho de Lagoa Vermelha. Não lembro direito o nome do... Perdão. E fomos, apresentamo-nos lá, eu, a minha contadora e o meu advogado. Traduzindo o que aconteceu, no final de tudo, para encurtar a história, fomos taxados de falsificadores de documentos. Foi o que nós ouvimos, porque, para o Procurador que lá estava, o que nós estávamos mostrando de documento não valia nada. Simplesmente ele



disse-nos que papel era bonito na parede. Interessante, não é? Mas eu acho que não é bem assim.

Enfim, nós produtores de batatas, eu falo por mim, que ando com depressão, ando doente, mas, todos os que estamos aqui, nós já não sabemos mais o que fazer para produzir o que nós sabemos produzir. Os senhores podem perguntar: “Ah, mas vocês não têm mão de obra na sua cidade?” Temos, temos sim, pessoal. E eu fui atrás, fui em busca disso, para pegar o pessoal dali. Falei com 30 pessoas, 40 pessoas. Os senhores sabem quantos eu consegui empregar? Um! Um senhor de 70 anos de idade, aposentado. Sabem por que é que os outros não querem trabalhar? Porque é preciso assinar a carteira. Assinou-se a carteira, perdem o direito a Bolsa Família, a Vale-Gás, a não sei o quê. Então, o que nós fazemos? Nós vamos buscar essa mão de obra fora! Aí, acaba dando todo esse problema que está havendo agora. Mas nós não temos o que fazer. Se nós queremos continuar trabalhando, fazendo o que nós sabemos fazer, nós temos de buscar essa mão de obra fora, porque em Ibiraiaras nós não temos, e o único, o principal motivo é esse benefício que eles ganham do Governo. Não aceitam que se assine a carteira, de maneira alguma!

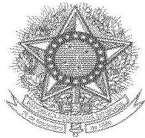
Uma coisa eu posso dizer, gente: que nós não estamos 100% com os nossos funcionários, isso nós não estamos, mas o nosso condomínio foi formado em dezembro do ano passado, e com calma nós estamos tentando fazer a coisa certa. Só que a maneira como foi feito, vindo em cima de nós que somos os únicos que estamos tentando fazer a coisa certa, eu acho que foi muito errada. Eu acho que deveria ser levada em consideração pelo menos a intenção nossa, e não nos tratarem como marginais, como fomos tratados, como falsificadores de documentos.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Christianetti.

Tem a palavra o Presidente da Câmara de Vereadores de Ibiraiaras, Vereador Luiz Orlando dos Santos Climaco.

O SR. LUIZ ORLANDO DOS SANTOS CLIMACO - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da Mesa, o Deputado Onyx Lorenzoni, e quero aqui agradecer a presença aos produtores de batata do nosso Município, ao nosso Prefeito Municipal, que, com uma preocupação imensa, está aqui conosco, porque essa ação vai causar um prejuízo muito grande ao Município de Ibiraiaras, e ao meu colega da Câmara de Vereadores Alexandre Zwirtes. Obrigado pela participação.



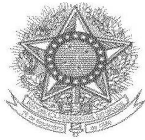
Então, como Presidente da Câmara de Vereadores, digo que essa ação causou na população de Ibiraiaras uma indignação muito grande. Nós agentes políticos fomos muito cobrados pela nossa comunidade o porquê de nós não estarmos fazendo nada para defender os produtores de batata, que deram a Ibiraiaras o nome de Ibiraiaras, Capital da Batata. A maior fonte de renda do nosso Município, a maior produção agrícola do nosso Município, que hoje é distribuída a este País inteiro, é a produção de batata.

E aqui, Marconi, permita-me agradecer a Deus por tu estares conosco neste dia, porque tu procurastes a morte por causa dessa ação. Chegaste a pendurar a corda para te enforcares, e teus colegas não deixaram. Agradeço a Deus por tu estares conosco. Nós sabemos da alegria que tu tinhas antes dessa ação, e nós sabemos da tristeza que tu viveste. Hoje, graças a Deus, estás melhor, mas nós acompanhamos os 30 dias da tua tristeza, da imensa tristeza que tu vivestes no Município de Ibiraiaras.

Queremos deixar claro que nós aqui não somos contra o Ministério Público. E quero aproveitar para esclarecer a questão da moção de repúdio aqui, ao Dr. Rodrigo, presente. Ele não participou da ação, mas era tanto o nervosismo nosso, era tanta a preocupação, era tanta cobrança em cima de nós que fizemos a moção de repúdio direcionada a todos aqueles que estavam na ação, e o nome do Dr. Rodrigo foi colocado na ação indevidamente. Dr. Rodrigo, eu já fiz um ofício, já esclareci ao senhor, mas em momento algum...

Nós queremos aqui dizer que esse TAC que está sendo proposto aos agricultores deve ser reavaliado e rediscutido com o Consórcio de Ibiraiaras. Nós já nos sentamos, conversamos com o Dr. Rodrigo, e há a possibilidade de nós promovermos uma audiência pública no Município de Ibiraiaras para começarmos a acertar essas questões, esses pontos que estão com discordância entre o Consórcio e o Ministério do Trabalho.

Então, quero ressaltar aqui, Dr. Rodrigo, mais uma vez: a nossa indignação é com o TAC, e não com o Ministério Público do Trabalho; é, sim, com a ação desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, pela Secretaria de Trabalho de Passo Fundo, junto com a Polícia Federal, porque os nossos produtores de Ibiraiaras são gente de bem, são gente honesta. Eu conheço alguns deles desde que era motorista da educação. Lembro-me de que levava um dos guris que está aqui presente para



casa e quando retornava com a Kombi ele, então com 10 anos de idade, já estava encima de um trator de sua família arando a terra para produzir batatas. Sim, era uma criança trabalhando, mas uma garanto que nenhum deles se arrepende de aos 10 anos ter ajudado o pai a produzir, porque é o que eles sabem fazer.

O que os agricultores da nossa terra sabem fazer é produzir, é trabalhar. Os seus filhos levantam às 5 horas da manhã para antes de ir à escola ajudar o pai a tirar leite, para ajudar o pai na lavoura, e às 7 horas já estão pegando o ônibus do Município para ir à escola. Ao meio-dia retornam para o almoço, e ainda não é 1 hora nós já vemos os filhos dos produtores rurais de Ibiraiaras com os tratores, com os seus equipamentos, na lavoura, trabalhando.

Esse é o povo de Ibiraiaras. É um povo trabalhador. E o que aconteceu em nosso Município, infelizmente, manchou essa imagem, porque eles foram tachados de bandidos, eles foram tachados de marginais, foram acusados de contrabando, de falsificação de documentos.

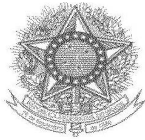
Mas nós, políticos, representantes da sociedade de Ibiraiaras, sabemos que vocês são pessoas honestas, trabalhadoras, e que, se o Município de Ibiraiaras hoje está assim, é graças ao trabalhos que vocês e seus filhos desenvolvem na nossa cidade. As pessoas, às vezes, não acreditam quando veem um menino de 6 anos usando o trator e ajudando o pai. Ele quer trabalhar.

Agradecemos muito o que vocês, produtores, fazem pelo nosso Município.

Deputado Onyx Lorenzoni, ressalto o teu trabalho junto a esses produtores. No momento em que te liguei e coloquei a situação desses produtores, tu prontamente mandaste o advogado Paiani para nos assessorar e orientar quanto ao que fazer.

Ressalto também, Marconi, algumas coisas que aconteceram no decorrer desse tempo. As pessoas que não faziam parte do consórcio e que precisavam fazer sua colheita, quando enxergavam um carro preto, nas estradas do interior do Município, jogavam-se no meio do mato, escondiam-se e só saíam dali depois da meia noite, tamanho o terror tocado em nosso Município. Algumas pessoas saíam da lavoura 1 hora da manhã, produtores chegaram a colocar caminhões e observadores no meio das estradas. Tudo isso para terem sua colheita sem a ação do Ministério do Trabalho.

Aqui quero pedir a compreensão dos nobres Deputados. Tem que haver uma legalização da colheita da produção rural. V.Exas. podem ajudar os produtores do



nosso País. Nosso Município é feito de pequenas propriedades, e o que eles plantam não pode ficar sem colheita por falta de mão de obra.

Fui um defensor do Bolsa Família, mas hoje, infelizmente, digo que o Governo tem que rever sua posição em relação ao programa. O Bolsa Família tem que ser dado para quem trabalha. (*Palmas.*)

O que vemos hoje? Vemos que as pessoas não querem ter sua carteira assinada porque perdem o benefício. E aquele trabalhador que ganha salário mínimo, que precisa de uma bolsa para seu filho, que precisa conseguir algo mais para seu filho, não é beneficiado, mas marginalizado. Então, o Governo tem que rever seu posicionamento. Quem trabalha não pode ser penalizado, quem trabalha tem que ser ajudado. Esse é um dos pontos que está tirando, Marconi, a mão de obra do nosso Município.

Lembro-me de que antes do Bolsa Família os caminhões chegavam nos bairros populares, onde há maior mão de obra de catadores de batata no Município, e saiam de lá cheios. As pessoas saiam para trabalhar. Hoje, é como tu dissestes, podemos percorrer todo o Município e uma única pessoa se dispõe a assinar a carteira. Os outros não querem e não vão. Eles preferem trabalhar sob o risco de serem abordados e presos pelo Ministério do Trabalho a assinarem a carteira.

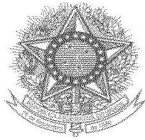
O produtor se vê entre a cruz e a estrada. O que fazer? Perco minha produção ou faço isso?

Infelizmente, é o que está acontecendo. A mão de obra está escassa, porque infelizmente as pessoas preferem ganhar 90 reais por mês, um vale gás ou qualquer outra coisa e não trabalhar. Infelizmente, é o que está acontecendo.

Destaco a preocupação do Prefeito Municipal, com quem conversamos na estrada, juntamente com alguns produtores do Município, que estão com a terra pronta, mas não sabem se lançarão nela a semente. O Município terá um grande prejuízo se essa semente não for lançada.

Portanto, todos os produtores estão esperando por esta audiência, esperando que levemos até eles uma palavra de alento.

Que o Ministério Público se junto a nós na busca de uma maneira de permitir que o trabalho continue sendo feito como foi feito até hoje. Todos recebem. Todos são pagos. Não existe trabalho escravo. Eles tinham carteira assinada, eles tinham EPI, eles tinham alojamento. Como desconsiderar tudo isso? Não há como desconsiderar.



Não levaram em conta que, no ano passado, quando eles vieram trabalhar em Ibiraiaras, eles tiveram a carteira assinada. A carteira deles foi assinada no ano passado, e isso não foi levado em conta. Se a carteira, no momento em que a Polícia e o Ministério chegaram ao Município de Ibiraiaras, estava junto com o contador, não é porque não estava sendo assinada. A carteira estava lá, iriam assinar, e não levaram em conta o que aconteceu no ano anterior. Deveriam ter visto isso. Muitos que estavam lá novamente tiveram a sua carteira assinada no ano anterior.

E o que prefere hoje esse pessoal que vem de fora? Prefere trabalhar por fora, porque prefere trabalhar por empreitada. Chegam à lavoura do Pedro e perguntam: “Sr. Pedro, quantos hectares de batata o senhor tem para colher?” “Eu tenho 15 hectares de batata para colher.” “Então, eu empreito para o senhor por quanto?” “Mas eu preciso assinar a sua carteira.” “Não, eu não quero carteira assinada. Eu venho aqui com a minha equipe, eu colho o seu produto e pronto.” Não querem.

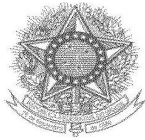
E nunca houve no nosso Município trabalho escravo. Nós podemos bater no peito e ter orgulho de dizer que lá existe uma mão de obra muito bem paga. Inclusive, gostaria que o Prefeito levantasse a nossa bandeira, para que vocês vejam que na nossa bandeira existe a planta da batata no centro da produção do nosso Município. Ela faz parte da nossa bandeira, ela faz parte da nossa tradição. Então, isso tem que ser levado em consideração.

E nos outros Estados também tem que ser analisada a questão da colheita. Isso tem que ser levado em consideração pelo Ministério Público. Não se pode proibir o produtor de trabalhar. O que vai acontecer, minha gente, é que, daqui a alguns dias, o povo brasileiro vai ter dinheiro no bolso e não vai ter o produto para comprar. É isso que vai acontecer.

Ontem, Marconi, eu vi que o preço de uma porção de batata frita em um restaurante de Brasília é 25 reais, enquanto o saco de batata de 50 quilos no nosso Município custa 20 reais. Quem é o escravo? Essa é a pergunta que eu faço para vocês: quem é o escravo? Infelizmente, o escravo é o produtor.

Eu gostaria, Deputado Onyx Lorenzoni, de passar a palavra para o ex-ouvidor agrário do Governo do Rio Grande do Sul, Adão Paiani, que fez um relatório do que aconteceu em Ibiraiaras.

Agradeço a todos pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Só quero alertar que restam apenas 8 minutos de exposição.

O SR. ADÃO PAIANI - Boa tarde, senhoras e senhores.

Nos dias 8 e 9 de agosto de 2011, atendendo solicitação do Deputado Onyx Lorenzoni, autor do requerimento desta audiência pública, nós nos deslocamos, fazendo parte de uma equipe de trabalho, para a cidade de Ibiraiaras, uma cidade do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente a 240 quilômetros de Porto Alegre. É uma cidade que tem uma forte colonização italiana. A influência da cultura italiana é muito forte na região. A economia é baseada na agricultura, em bovinos, suínos, na silvicultura, praticadas, fundamentalmente, em pequenas e médias propriedades rurais.

A denúncia que nós recebemos de parte do Vereador Luiz Orlando dos Santos Clímaco, o Vereador Tomé, foi que, nos dias 1º e 7 de julho deste ano, agentes de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, acompanhados da Polícia Federal, realizaram duas operações de grande porte na localidade, visando apurar eventuais denúncias de trabalho escravo em lavouras da região, justamente na época da colheita da batata, o que causou um verdadeiro pânico em toda a comunidade, pânico esse presenciado ainda em agosto, quando nós chegamos lá.

Na manhã do dia 9 de agosto, nós nos reunimos na Câmara de Vereadores, juntamente com o Vereador Tomé e os produtores membros do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras. Eles nos relataram que essa operação, absolutamente despropositada em tamanho, consistiu na invasão de propriedades rurais e locais de trabalho dos produtores rurais dentro da área urbana por policiais fortemente armados em busca de documentos e informações que pudessem embasar denúncias sobre a existência de trabalho escravo que teriam sido recebidas.

O consórcio de empregadores, como nos disse o Sr. Christianetti, que é o seu presidente, é formado por produtores de batatas e foi criado justamente para organizar esse trabalho, para regulamentar a situação dos trabalhadores rurais que anualmente chegam ao Município. É um movimento sazonal que ocorre há décadas. Eles vêm espontaneamente de diversos pontos do País para trabalhar na colheita do produto, que é, como ressaltou muito bem o Vereador Tomé, uma das bases da economia do Município, gerando emprego e renda para centenas de famílias na região.



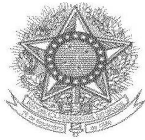
O consórcio de produtores responde por mais de 50% da produção do Município e tem se esforçado, dentro das condições da região. Muitos de nós aqui, mesmo os que estão fora do Rio Grande do Sul — tenho ao meu lado gaúchos que estão em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia —, sabem muito bem o que é a colônia gaúcha, o que é o interior gaúcho. As condições de trabalho oferecidas pelo consórcio de produtores estão adequadas e dentro da realidade vivenciada no interior gaúcho. Tanto que esses trabalhadores que vêm do País inteiro chegam até Ibiraiaras para trabalhar numa safra e boa parte deles permanecem no Município, dadas as boas condições que lhe são oferecidas — certamente melhores do que nos seus locais de origem.

Ocorre que o Ministério Público do Trabalho de Caxias do Sul, através do trabalho do Promotor Rodrigo Maffei propôs, então, ao Consórcio de Empregadores Rurais um termo de ajuste de conduta, pelo qual os produtores se comprometeriam com diversas obrigações, que, no entanto, já vinham sendo cumpridas. Então, a resistência dos produtores em assinar aquele TAC se deu porque eles não poderiam se comprometer a fazer algo que eles já estavam fazendo. Não houve assinatura desse TAC porque eles não poderiam se comprometer a fazer algo que eles já estavam fazendo. Não houve assinatura desse TAC, porque seria o reconhecimento — esse foi o entendimento dos produtores — do cometimento de infrações inexistentes, o que os sujeitariam a penalidades. O entendimento do Ministério Público era que essas práticas de trabalho estavam ocorrendo, e não estavam ocorrendo.

Há uma ideia entre os produtores, que cabe aqui ao Ministério Público do Trabalho, talvez, desfazer essa imagem, de que haveria um forte componente ideológico nessa ação. Essa é a ideia que os produtores têm hoje. Caberia, então, aos representantes do Ministério Público presentes aqui buscar esclarecer até que ponto isso procede ou não. Acompanhado disso, talvez houvesse um interesse em desestabilizar o modo de produção de todo um Município.

(Segue-se exibição de imagens.)

Foi feito um levantamento fotográfico em que podemos constatar que eram fornecidos aos trabalhadores rurais equipamentos de proteção individual, alojamentos com condições, instalações sanitárias adequadas, condições para preparo de alimentos, locais adequados para refeição e para repouso, mesas camas, colchões em condições — repito — compatíveis com as atividades e a realidade de vida da



região. O que era oferecido aos trabalhadores rurais pelos produtores não era diverso da situação que eles vivenciam e enfrentam na região. Nada diferente.

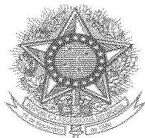
Temos aqui um levantamento fotográfico realizado nos dias 8 e 9 de agosto em Ibiraiaras. Esses são os produtores. Nós nos reunimos na Câmara de Vereadores do Município. Esses produtores, como já disse, respondem por mais de 50% da produção de batatas de Ibiraiaras. São os únicos que estão efetivamente organizados.

Esta é uma das casas onde eram alojados os trabalhadores. Ela fica no centro de Ibiraiaras, próximo à Prefeitura e à Câmara de Vereadores. Um detalhe importante a salientar — estão aí esses banheiros químicos — é que quando estivemos lá já havia encerrado a colheita. Então, toda a estrutura que havia sido colocada à disposição dos trabalhadores já estava desmontada. Esses banheiros químicos estavam lá na colônia, na roça. E foram colocados lá em quantidade suficiente para que os trabalhadores pudessem ter o mínimo de conforto.

O Rio Grande do Sul de modo geral, mas em especial aquela região noroeste do Estado, é muito fria. Temos trabalhadores, como eu já disse, vindos de todo o País. Há muita gente do Nordeste, pessoas do Maranhão. Uma comunidade humilde de trabalhadores, de imigrantes, descendentes de imigrantes italianos se mobilizou para oferecer a esses trabalhadores vestimentas compatíveis com o clima da região. Essas roupas aí foram deixadas pelos trabalhadores quando retornaram para seus locais de origem.

Na próxima imagem, locais de alojamento, como eu já disse, desmontados, porque isso já foi depois da saída dos trabalhadores. Casas com fogão a lenha, em razão da condição climática, com geladeira. Banheiros em condições boas de uso, chuveiro, *box*. Casas absolutamente normais e compatíveis com as casas onde reside a maioria dos habitantes de Ibiraiaras, da região. Casas absolutamente compatíveis, dentro daquela realidade. Aquecedor, uma cozinha modesta, mas com tudo que se precisa, com fogão, panelas, geladeira. Outra visão da casa no centro do Município. Aí, o que foi deixado pelos trabalhadores, como colchões. Alguns objetos deixados por eles. Aí vemos as roupas, luvas.

Enfim, senhores, temos o dever aqui, esta Comissão tem o dever de tomar para si a defesa adequada desses produtores rurais, que não são bandidos. E foram tratados assim, como bandidos, pela ação da Polícia Federal. A vinda deles a Brasília demonstra uma disponibilidade de mobilização na defesa dos seus direitos,



transformando uma questão, que não é trabalhista, mas uma discussão política e social envolvendo a defesa dos interesses do conjunto de uma sociedade — como a sociedade de Ibiraiaras — alicerçada forte e historicamente no trabalho e na produção.

Seria isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Vereador Tomé. Obrigado, Dr. Adão Paiani.

Para dar continuidade, passo a palavra ao Sr. Vanir Antônio Kölln, Presidente do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, que falará também pelos produtores rurais dos Municípios de Barreiras, Rio Preto e Wanderley, Estado da Bahia.

O SR. VANIR ANTONIO KÖLLN - Preparamos um vídeo, de forma conjunta, como já foi anunciado pelos sindicatos de produtores rurais de Wanderley, Barreiras e Formosa do Rio Preto, e do sindicato de Luís Eduardo Magalhães, onde momentaneamente estou como Presidente. Gostaríamos, primeiro, de exibir aos senhores um vídeo de depoimentos de três empreendedores rurais e também de um Presidente de sindicato de trabalhadores rurais, que absorve mais ou menos 15 mil a 16 mil trabalhadores da nossa região, que produzem aproximadamente 1 milhão e 800 mil a 1 milhão e 900 mil hectares na região oeste baiana.

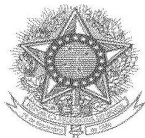
(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Com a palavra o Sr. Reinildo dos Santos.

O SR. REINILDO NEY DOS SANTOS - Gostaria de saudar o Presidente da Mesa, Deputado Onyx Lorenzoni, o Deputado Oziel Oliveira e todos os presentes.

Parabenizo o representante do Ministério Público do Trabalho, o representante do Ministério do Trabalho e o representante da Polícia Federal.

Senhoras e senhores, como produtor rural e, agora, como dirigente sindical, acompanhei, desde o início, o desenvolvimento da região oeste baiana, desenvolvimento este por meio de novas tecnologias e de novos cultivares que fossem adaptados ao solo ácido e pobre do cerrado baiano. Acompanhei e testemunhei a chegada de pequenos produtores oriundos do Sul do Brasil, especialmente do Paraná e Rio Grande do Sul, com um grande sonho no coração e muita disposição para o trabalho. Chegaram dispostos a vencer pelo suor estampado no rosto. Ergueram pequenos barracos confeccionados com lona preta, capim,



pedaço de madeira extraída da própria propriedade. Dentro desses palacetes colocaram sua família e seus poucos pertences. Trinta anos se passaram, já na segunda geração de trabalhadores do campo, indo para a terceira. Os produtores, que sempre foram preocupados com o bem-estar de seus colaboradores e, também, com a mecanização do campo, resolveram construir, com recursos próprios, a maior oficina de escola particular do Brasil, o Centro de Treinamento, situado nas dependências do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, ou, como é carinhosamente chamada, região de Centro de Inclusão Social.

Esse centro de treinamento, como já dito, foi construído única e exclusivamente com o dinheiro de 500 produtores rurais da região, sem um centavo do Município, do Estado ou da União. Tem capacidade para aprimorar e qualificar mais de 5.000 pessoas por ano.

Estamos fazendo, no oeste baiano, aquilo que prevê o Plano Nacional de Direitos Humanos, o Plano Nacional para a Erradicação da Mão de Obra Análoga à de Escravo e os acordos internacionais sobre o trabalho decente. Somos parceiros das autoridades públicas brasileiras e dos trabalhadores rurais.

Toda esta introdução foi para deixar claro que os produtores rurais do oeste da Bahia são social e ambientalmente corretos. As áreas de vivência e de alimentação da maioria esmagadora das propriedades rurais, Sr. Presidente, do oeste da Bahia são melhores do que muitas residências urbanas de classe média do Brasil. Há uma pequena minoria, senhores, que ainda não conseguiu compreender a necessidade premente de valorização do trabalhador rural. Para essa pequena minoria é necessária a fiscalização e a merecida punição.

Por isso, senhores, somos favoráveis à fiscalização. Não há como pedirmos aqui que se descumpra a lei ou que se fechem os olhos para o descumprimento. O que não aceitamos, e jamais vamos aceitar, é que a maioria dos homens e mulheres que ajudam a construir um País melhor, que são os agricultores e as agricultoras, sejam tratados como a pior espécie marginal que habita a face deste grande País, o Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil garante a todos a presunção da inocência e o trabalho digno. Estupradores, homicidas, latrocínios e traficantes têm o direito à presunção da inocência e, inclusive, a não serem algemados se não for em situações extremas. Mas aos produtores rurais, Srs. Deputados aqui presentes, nega-



se o direito à presunção de inocência; são tratados pelos senhores auditores fiscais, com algumas exceções, como se fossem bandidos perigosos. A intimação armada dos grupos de fiscalização impressiona e constrange. Não somos e nunca fomos bandidos. É preciso que isto fique claro de uma vez por todas. E como cidadãos e cidadãos de bem, temos a garantia constitucional em termos dos nossos direitos e da nossa integridade física e moral respeitados.

É desse exagero que estamos aqui para falar. É desse exagero de poder que queremos discutir. É sobre esses abusos que queremos conversar. E é sobre o bom senso que queremos dialogar, senhores e senhoras.

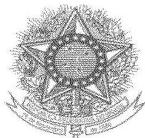
A própria Consolidação das Leis Trabalhistas fala do princípio da dupla visita, com o intuito de orientação. O critério da dupla visita impõe ao servidor público que o primeiro contato seja para promover a instrução das responsabilidades, dos responsáveis, do cumprimento das leis, da proteção ao trabalho. Para que melhor se compreenda a questão, precisamos estabelecer uma diferença lógica entre empreendimentos, empreendimento rural e urbano, comercial e industrial.

A maioria dos empreendimentos rurais, Sr. Presidente, fiscalizados está em fase de implantação, diferentemente dos empreendimentos industriais e comerciais que são inaugurados, abrindo as suas portas após a conclusão das obras instaladas. Os empreendimentos rurais são implantados ao longo de vários anos. A fazenda vai-se empreendendo a cada safra, a cada nova etapa. Assim, abrem-se novas frentes de trabalho e novas contratações.

Etimologicamente, o vocábulo fazenda, senhores, significa: *“Coisas que precisam ser feitas sempre”*.

Não se pode comparar o processo de instalação de um empreendimento industrial ou comercial com a implantação de um empreendimento agropecuário. Tanto é verdade que o setor reclama e ansiava há muito por uma legislação específica quanto à saúde e à medicina do trabalho, que desvinculasse das normas reguladoras o trabalho urbano. Esse anseio foi atendido pela Norma Reguladora nº 31, que previa até o período de 2 anos para a adequação de suas determinações.

Por esses motivos, podemos concluir utilizando o processo de interpretação análogo sistemático que, em consonância com o art. 5º, da Lei de Introdução ao Código Civil, e do art. 23, parágrafo único, do Decreto nº 4.552, de 2002, que regulamenta a fiscalização do trabalho. Não pode ser aplicado indiscriminadamente.



Deve analisar o caso concreto e as circunstâncias que o cercam para concluir se o empreendimento já está totalmente implantado ou se ainda está em fase de implantação.

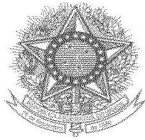
Concluindo-se pela análise do caso concreto de que o empreendimento está em fase de implantação, prazo de 90 dias, pelo art. 23, parágrafo único, do Decreto nº 4.552 de 2002, não tem aplicação aos empreendimentos rurais, senhores. Assim, os fiscais do trabalho, quando fiscalizam uma propriedade, devem ter uma única conduta, ou seja, orientar os produtores no sentido de quais são as normas que eventualmente estão sendo descumpridas, fixando prazo razoável para a sua regularização, exceto se estiverem diante de evidente atentado à segurança ou à saúde do trabalhador.

A maioria dos empreendimentos rurais nas fronteiras agrícolas brasileiras é realizado em locais distantes, até mesmo distantes de pequenas cidades, sem qualquer infraestrutura, Sr. Presidente, desprovidos de hospitais, escolas, asfalto, energia elétrica, telefone, principalmente com ausência total do Estado brasileiro.

É fundamental que façamos uma discussão séria e sem preconceitos ideológicos da situação em que vivem muitos trabalhadores e empreendedores da iniciativa privada no setor agropastoril, nas fronteiras agrícolas brasileiras. Agricultores que possuem poucos hectares de terra de outras regiões, como é o caso do nosso companheiro do Rio Grande do Sul, deslocam-se para essas novas fronteiras e começam a derrubar mato com suas próprias mãos e constroem cidades. Com suas mãos calejadas, Sr. Presidente, produzem o alimento que mata a fome de grande parte do brasileiro, sustentando o superávit da balança comercial, aliás, há muito tempo.

Por outro lado, temos servidores públicos que, a partir de seus conhecimentos apartados da prática, construídos sobre uma base teórica idealizada, e portanto distantes da realidade, distorcem os fatos para adequá-lo ao modo teórico, concebido adrede, às vezes, nem por eles.

O desrespeito aos valores democráticos e às garantias legais, contraditório à ampla defesa, é a tônica em questão. Mas um pensamento proativo, essas fiscalizações têm um lado positivo, que é o contato do funcionário público com a realidade do campo brasileiro. Esse contato com o real e o seu confronto com o ideal produzirá um novo tipo de pensamento, que norteará um futuro programa de erradicação do trabalho nas condições análogas à escravidão, produzirá resultados



efetivos e eliminará, pelo menos diminuirá, a probabilidade de injustiças contra o empregado e também contra o empreendedor.

Tudo que estou falando parece muito simples de ser observado e absorvido, mas não é. Vou citar apenas três exemplos.

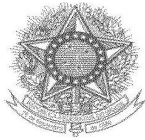
Em uma determinada propriedade do oeste da Bahia, foi lavrado auto de infração, Sr. Presidente, porque as portas do alojamento não eram pintadas com tinta para retardar a ação do fogo. Na outra, que possuía mais de 20 sanitários, faltava papel higiênico em dois. Na terceira fazenda, foram contratados mais de 240 trabalhadores. Dois dias depois chegou a fiscalização e verificou que os 240 funcionários estavam registrados, estavam prontos, mas a metade deles ainda não tinha carteira assinada.

Onde está o bom-senso, pergunto ao Sr. Presidente, aos Srs. Parlamentares e demais instituições brasileiras aqui representadas? Onde está o bom-senso? Quais são os interesses que movem essa ânsia desvairada em multar? A quem interessa? Quando estava em vigor a Portaria nº 541, de 2004, mais precisamente a data de 15 de outubro de 2004, poderíamos até insinuar que os fiscais eram movidos pela necessidade de atingir a meta exigida para receber a não menos famosa GIFA — Gratificação por Incremento à Fiscalização de Arrecadação.

Queremos que os Srs. Deputados investiguem, do fundo do nosso coração, como momentaneamente líder sindical e como brasileiro, sobretudo. E aqui estou falando em nome de mais de 500 produtores do nosso sindicato e 3 mil colegas que estão na região.

Queremos, Deputados — e os senhores têm direito e a posse desse poder, sobretudo por uma questão de ética e decência, o que lhes é muito peculiar — que investiguem o que está por trás disso, dessa indústria de multas e criem mecanismos legislativos que restrinjam esses abusos, os excessos e as fiscalizações de cunho meramente ideológico.

Queremos que o Ministério do Trabalho oriente e fiscalize e, com isenção, puna aqueles que desrespeitam a lei, do que somos a favor. Queremos que o Ministério Público do Trabalho entenda, de uma vez por todas, que, como fiscal da lei, não pode estar nem ao lado do produtor nem dos trabalhadores, mas atento à observância do ordenamento jurídico. O Ministério Público do Trabalho não foi criado para punir o produtor rural. Queremos que a Polícia Federal entenda que seu papel não é intimidar



ou constranger belicamente o produtor rural, com a exibição ostensiva de armamento de guerra.

Por fim, quero dizer a todos que não estou aqui para pedir o fim de qualquer fiscalização, em nome desses 4 mil produtores do oeste baiano, pequenos, médios ou grandes. Pelo contrário, somos defensores ardorosos do Estado Democrático de Direito e o que queremos é que acabem com os exageros, que haja mais bom senso contra os excessos, os abusos, que o bom senso prevaleça e que a luz de todos guie o diálogo hoje e para sempre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

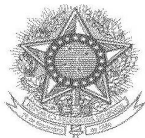
O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - O Deputado Marcon, que tem uma audiência em poucos minutos, pediu para usar a palavra por alguns minutos, visto que ele conhece muito a região que originou esta audiência pública no Rio Grande do Sul.

Então, Deputado Marcon, da bancada do PT, vou abrir exceção aqui a vossa solicitação.

O SR. DEPUTADO MARCON - Obrigado, Presidente Onyx Lorenzoni, proponente desta audiência. Quero saudar os demais da Mesa, em nome do Marconi.

Conheço Ibiraiaras há mais de 20 anos. É, de acordo com aquilo que foi dito aqui, é uma colônia de origem italiana. Quem chega lá sempre é muito bem recebido. É um Município de onde devem ter saído — não sei bem ao certo dados —, pelo que sei, uma meia dúzia de padres. Então, é uma comunidade totalmente religiosa. Eu conheço os trabalhadores de lá. Posso ter relações partidárias, mas tenho também relações de 20 anos atrás. Não sei se eles me conhecem, mas eu andei por lá comprando batata para o acampamento quando eu estava acampado há 20 anos. E lá o trabalhador almoça na mesma mesa do patrão e tem o costume, Deputado Onix, de tomar um copo de vinho, ao meio dia, junto com o patrão. Essa é a comunidade de Ibiraiaras, uma comunidade que recebe bem as pessoas. Na região, além de Ibiraiaras, tem Vacaria, onde há macieiras. Na região da Serra, tem uva.

Vejo que a Polícia Federal... Eu não sou contra os fiscais do Ministério do Trabalho. Eu sou contra os fiscais do Ministério do Trabalho e a Polícia Federal tratem os diferentes de forma igual. Um bandido e um colono são tratados da mesma forma. Se o delegado do Ministério do Trabalho e a Polícia Federal, que estudaram para isso, não conseguem ver a diferença entre um traficante e um colono,



a Polícia Federal não pode ter a farda da Polícia Federal. Falo isso porque é algo generalizado, porque é costume da Polícia Federal chegar quebrando porta e tratando as pessoas da forma como você relatou de modo muito emocionado.

Outra questão. E a multa? Duzentos mil de multa? Esses colonos podem ir até lá entregar os tratores, entregar o que têm. Entregam porque são bandidos. A batata está 20 reais este ano. É um baita preço! Há 2, 3 anos estava a 5 reais.

Então, estou aqui. Conheço muito bem a região, conheço as famílias, o Toninho, que é produtor de batata lá. Conheço a família Benedete e outras grandes famílias. Conheço muito bem o presidente do sindicato, conheço a família do Prefeito, que está aqui, e outras famílias grandes que estão lá.

Quero agora pedir licença porque terei de participar de uma audiência, mas antes quero elogiar pela atitude o Deputado Onyx Lorenzoni e dizer que nós temos que fiscalizar o trabalho escravo. Mas vamos devagar onde percebermos que há essa rotina de trabalho itinerante, porque há essa cultura agrícola na região.

Então, estou aqui dando o meu depoimento e dizendo que conheço muito bem a realidade não é de hoje, não só porque sou político, mas porque andei por lá muito tempo, antes até de pensar em estar nessa função em que estou hoje.

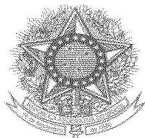
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Marcon.

Com a palavra, a pedido do Deputado Oziel, o Sr. Antônio Soares, que é produtor rural em Luís Eduardo Magalhães.

O SR. ANTÔNIO SOARES - Boa tarde, Sr. Presidente.

Estou aqui porque trabalhava na fazenda do seu Paulo e não podia... Sou assentado no assentamento Rio de Ondas, perto do INCRA, e não tenho condições de viver na terra, tenho que trabalhar fora. Eu estava na fazenda do seu Paulo, fazendo um serviço, ganhando meu dinheirinho, quando chegou a Polícia Federal e meteu a arma em mim. Eu disse: *“Doutor, eu não estou desonesto aqui; eu estou trabalhando, porque preciso do meu dinheiro”*. *“Ah, mas não pode”*, com toda a velocidade. E queriam porque queriam que eu falasse coisa que não estava acontecendo. Eu disse: *“Não está acontecendo nada disso. Eu estou aqui porque eu quero, preciso ganhar o dinheiro, sou pobre, vivo do meu trabalho. Como é que eu vou condenar a fazenda sendo que não está existindo disso?”* Mas eles queriam que



eu falasse uma coisa que não estava acontecendo. *“Você está protegendo o patrão?”* Eu disse: *“Não estou protegendo o patrão não. Estou falando a verdade. Eu estou aqui porque eu preciso. Se eu não trabalhar, eu não vivo. Como é que eu vou viver? Eu sou pobre e vivo da roça”.*

É só isso, Deputado, que eu preciso falar.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Muito obrigado, senhor.

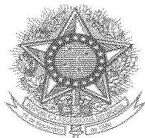
Antes de passar a palavra para os membros da mesa, quero dar ao Prefeito de Ibiraiaras, Sr. Ferdinando Dallagnol, a possibilidade de falar por 3 minutos e fazer uma manifestação em nome do seu Município.

O SR. FERDINANDO DALLAGNOL - Quero agradecer a oportunidade que nos dá, Deputado Onyx, e a todos os que estão aí, aos Deputados, autoridades, ao Ministério do Trabalho.

Eu só relatarei um pouquinho o que é o nosso Município, um pequeno Município estritamente agrícola, onde praticamente todos são pequenos produtores. Nossa população é composta de 7 mil e poucos habitantes e 50% dela dependem da agricultura, ainda vivem da agricultura. Uma das principais culturas do Município, como foi bem relatado, é a batata. Na bandeira do nosso Município tem o símbolo da batata.

Então, nós precisamos conservar, precisamos disso. Nós dependemos disso. O Município depende disso. Na entrada da cidade, está escrito “Capital da Batata”. Aproximadamente mais de 1.200 famílias do Município residem na área rural e produzem. A sobrevivência do nosso Município depende da agricultura. Começamos trabalhando na agricultura desde pequeno. Fiz isso, sou prova e testemunha disso. Em nosso Município — olhem a cara desses produtores aqui — praticamente todos são pequenos produtores.

Eu gostaria que dissessem quantos hectares têm cada um? Eu acho que nenhum produtor aqui tem mais de 50 hectares, mas eles vivem muito bem. Precisamos que eles continuem trabalhando e empregando pessoas. Eles precisam ser fiscalizados. Quero elogiar as pessoas que fizeram isso, mas o Município de Ibiraiaras precisa sobreviver. Nossa vocação é agrícola. Nosso Município depende disso, precisamos disso e estamos juntos. Nós queremos continuar produzindo alimentos, queremos exportar alimento para este Brasil e para este mundo todo, mas



precisamos ter bom senso, Deputados. Flexibilizem isso, porque é um trabalho temporário. Não se trata de uma empresa que usa os 12 meses do ano ou 11. Enfim, é temporário o trabalho da colheita da batata. Ele é temporário. Então, não pode ser aplicada a lei com todo aquele rigor. Acho que tem necessidade, precisa ter todas aquelas exigências, mas tem que haver uma flexibilização da lei para que nós, pequenos proprietários, continuemos produzindo alimentos, e o Município fique bem diversificado.

Nós queremos continuar trabalhando, mas nos deem esse direito e nos ajudem a continuar residindo naquele meio rural, produzindo alimentos para este mundo. Deem-nos esse direito de continuarmos a produzir. Nós queremos, sim, ser fiscalizados, mas nos ajudem a encontrar alternativas, porque os nossos produtores rurais nos procuram diariamente: *“O que nós vamos fazer no dia de amanhã? Se não produzirmos batata, o que vamos plantar? Vamos plantar soja, milho e trigo numa propriedade pequena?”* Eles não sobrevivem e vêm para a cidade. O que será do futuro dos nossos produtores?

Nós precisamos sentar juntos, discutir e encontrar uma alternativa. Se o trabalho é temporário, a lei não pode ser usada da mesma forma. Eu acho que há uma necessidade. Este Brasil é rico, é forte e é grande. Depende de nós todos nos juntarmos e cumprirmos sim, mas cada dia nós precisamos produzir mais.

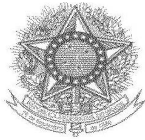
Obrigado, Deputado. Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Prefeito.

Passo a palavra à Sra. Débora Tito Farias, Coordenadora Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério Público do Trabalho, e Procuradora Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Boa tarde a todos. O que temos aqui é, claramente, uma distinção de como tratamos a questão. Eu ouvi atentamente a fala de todos os depoentes e ouvi termos como: encaixe na lei, flexibilização, dupla visita, proteção de produtores e empreendedores rurais. Ouvi isso muitas vezes.

Como procuradora do Ministério Público do Trabalho, é importante dizer a vocês que pensamos primeiro no trabalhador. Não estamos vendo vocês como bandidos nem queremos colocar nenhuma pecha de criminalidade em vocês. Como Ministério Público do Trabalho, nós pensamos no trabalhador, no que está



acontecendo com a dignidade de uma pessoa que trabalha numa determinada fiscalização.

O que eu percebo nesta audiência, num primeiro momento, é que o trabalhador continua em último lugar. Eu percebo que há uma preocupação grande com o empreendedor e com o rigor da lei. E essa é uma coisa, senhoras e senhores, que escapa à minha atuação. Se há problemas de Bolsa Família, se a legislação trabalhista tem esse rigor, do que eu discordo, também é importante vocês entenderem que há uma discordância, e não é ideológica, é da legislação, e que precisamos, em algum ponto, avançar para andar de braços dados, porque, se formos entrar no embate capital/trabalho, não chegaremos a lugar nenhum.

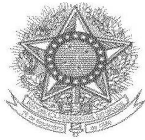
O que eu observo aqui quanto aos casos concretos? Existe uma diferença de tratamento e existe uma polarização em que eu me incluo claramente no lado que reconhece que existe trabalho escravo no Brasil e que há necessidade de erradicá-lo.

Se existem excessos e abusos, eu, como procuradora do trabalho, faço questão de que sejam apurados. Só há um jeito de, como procuradora do trabalho, eu atuar contra um abuso: ou eu vejo esse abuso ou alguém me conta esse abuso.

Esse caso de Ibiraiaras vamos ter que resolver na Justiça, porque, realmente, senhores — não me crucifiquem por isso —, eu não vejo abuso. Aquela foto que foi mostrada da casa... É preciso haver o componente de que existiam 35 trabalhadores naquela casa. Havia trabalhadores. É o componente que eu tenho visto.

Eu não quero entrar aqui em debates sobre o caso concreto por quê? Porque não vamos resolver o caso concreto aqui. Temos que resolver o caso concreto na Justiça. O que os produtores acharam que não era uma coisa grave, eu, como procuradora do trabalho e protetora dos direitos humanos, acho grave. Acho grave que 35 trabalhadores estivessem convivendo naquela casa. É bonita, parece. Quando eu vejo os detalhes e vejo que havia 35 pessoas residindo ali e que eram maranhenses com a roupa do corpo num frio de zero graus, eu, como nordestina, entendo por que um trabalhador morreu de pneumonia naquela casa.

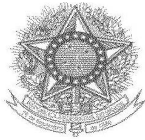
São os dados que eu tenho. É o que eu tenho, o que chegou até mim. O que chegou até mim não me parece um abuso. Se for abuso, por favor, eu faço questão de que um dos encaminhamentos desta audiência seja me dar a documentação, porque eu, como procuradora do trabalho, faço questão de mandar para as corregedorias, a fim de sejam apurados os abusos. O que eu tenho do meu inquérito é



que houve uma afronta à dignidade humana daquelas pessoas trabalhadores sim. Vocês são maus, criminosos? Não. Não vejo assim, mas vejo uma indiferença com a situação do trabalhador na ponta.

Não dizemos que nos relacionamentos amorosos o contrário do amor é o ódio, a indiferença? Vocês não odeiam o trabalhador, não tenho dúvida disso. Só que há uma indiferença sim, uma indiferença quando se vai mencionar a NR-31... Eu tenho que dizer aos senhores que a NR-31 manda fornecer água potável, e é o mínimo. Claro que todos vocês têm todo o direito de discordar de mim, mas a notícia que tenho hoje é de que não houve abuso. Do que eu tenho, do que eu vi e do que eu tive conhecimento, não houve abuso. Se houve, eu me comprometo a direcionar todos os documentos às corregedorias das instituições. E balizo o trabalho dos auditores e dos policiais federais e informo a vocês que certas ostensividades decorrem do fato de sermos ameaçados, decorrem do fato de auditores fiscais do trabalho já terem falecido em operação em 2004.

Então, é importante dizer que esta Casa, esta Câmara dos Deputados, pós-Unai, determinou que houvesse maior proteção das autoridades que vão para lugares mais ermos e mais inóspitos. Então, não precisar usar arma é ótimo. Que bom. Mas, infelizmente, em alguns momentos, pessoas morreram. Então, o nosso foco é no trabalhador. Como podemos nos perder aqui em discussões ideológicas que poderão acirrar os ânimos? É assim: a forma que para vocês é a correta, para nós, de acordo com a violência que já sofreram os auditores, inclusive os procuradores do trabalho, é precaução. Precisamos tratar da segurança dos membros, porque ainda bem que não encontramos nada, mas alguns de vocês podem ter-se sentido afrontados pela ostensividade de alguma arma e, se houve abuso, eu me comprometo — mandem-me o documento, mandem-me como encaminhamento —, faço questão de mandar para as corregedorias. Enquanto isso não for documentado, como procuradora do trabalho, como estudante de Direito do Trabalho, como estudante dos direitos humanos, temos de dizer sim que a legislação trabalhista se pauta na proteção do trabalhador, *in dubio pro operario* sim. Casos de abusos têm demonstrado sim, mas a nossa missão institucional é olhar para o trabalhador. Eu não acho adequadas aquelas condições a que foi submetido o trabalhador. O expositor, com certeza, acha. Onde vamos resolver isso? No Judiciário. Não adianta ficarmos esticando a corda. Há um e outro



posicionamento e, como a legislação veda a autodefesa, temos de nos socorrer do Judiciário. Ainda bem. O que seria do amarelo se todos gostassem do vermelho?

Não adianta entrar em discussões, mas eu defendo, neste caso concreto, a atuação de que eu tenho conhecimento. Se houve algum tipo de abuso, novamente, pela terceira vez, digo que me comprometo apurar. Pelo que me foi repassado e apresentado, nós consideramos as condições graves lesões aos direitos humanos sim, porque essas pessoas eram de Pedreiras, no Maranhão, enfrentaram frio de zero grau e precisaram se socorrer da comunidade para terem cobertores, etc.

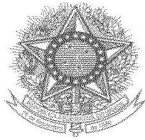
Então, não acho que seja uma postura de proteção da dignidade humana daqueles trabalhadores. Por isso vou chamá-los de criminosos e entrar nesse embate? Não. Eu acho que o que falta aqui é o que o primeiro expositor falou no início, o senhor que ficou comovido com a situação. O que falta é darmos os braços, mas não dar os braços porque sou do Ministério Público e porque vocês são empreendedores rurais não, é darmos o braço para o trabalhador que estava lá na ponta e faleceu de pneumonia. Para o trabalhador que estava morrendo de frio, de acordo com uma foto que tenho aqui. Então, não se trata aqui de quem pode mais, quem vai vencer, qual é a tese jurídica que vai vencer, até porque este não é o local de se tratar de tese jurídica. Eu ainda não entendi bem aonde vamos chegar. De repente eu pensei: *“Ai, meus Deus, será que estão abrindo uma CPI aqui”*. Vamos conversar, mas vamos pensar no trabalhador, é possível pensar no trabalhador. Quem dá emprego no Brasil são vocês. Não queremos ficar em cima, mas queremos que seja observada a dignidade dessa pessoa trabalhadora.

Então, nosso foco é esse, como eu disse: se houve abuso, vamos apurar com o mesmo rigor que vocês veem que utilizamos quando encontramos uma situação de lesão à dignidade da pessoa humana. Vamos apurar tudo com o rigor necessário, mas sempre com foco na dignidade da pessoa trabalhadora, que é realmente o motivo de toda essa atuação de erradicação do trabalho escravo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Agradeço à Sra. Débora Tito Farias.

Seguindo a ordem dos expositores, vou passar a palavra ao Delegado Elmiz Rocha Júnior, representante da Polícia Federal.

O SR. ELMIZ ROCHA JÚNIOR - Boa tarde, senhoras e senhores. Antecipadamente já peço desculpa ao nobre Presidente da Mesa, porque tenho um



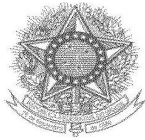
compromisso na CPI do Tráfico de Pessoas, no Senado Federal, daqui a pouco, e tentarei ser o mais breve possível.

Conforme o Ministério Público do Trabalho falou, o papel da Polícia Federal nas fiscalizações em conjunto com os auditores se restringe a proteger os auditores de possíveis ameaças, e também atuar como Polícia Judiciária, em decorrência de alguns fatos de que delegados de Polícia Federal e suas equipes têm conhecimento.

Em cada caso que aqui foi relatado, para nós, do órgão central, não chegou ao conhecimento que houve abuso. Faço minhas as palavras da nobre Procuradora, que, caso realmente tenha ocorrido abuso e seja necessária a apuração, a Polícia Federal e a Corregedoria-Geral da Polícia Federal e a dos Estados também apurarão. Agora, não chegamos a esse ponto porque nós não tivemos conhecimento disso. Eu fiquei sabendo desses fatos aqui nesta nobre Comissão. Então, podemos sim apurar os fatos e temos o maior interesse em fazê-lo, e a Polícia Federal também não suporta qualquer tipo de excesso.

Agora, no trabalho policial de segurança de alguns auditores em alguns lugares como Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão, eu não estava. Não posso qualificar o trabalho de cada equipe de Polícia Federal que estava presente, porque eu não estava lá, mas o trabalho policial é realmente um trabalho diferenciado, e nós não temos o costume, graças a Deus, e graças a nossa formação, nobre Presidente, de realmente exagerar nos trabalhos com os auditores fiscais, até porque em todos os trabalhos a que os auditores fiscais e a Polícia Federal estão presentes, na maioria das vezes, o Ministério Público do Trabalho, que é o fiscal da lei, também está presente. E, conforme a procuradora falou, o auditor fiscal é a primeira pessoa que fiscaliza o trabalho policial naquele momento. Agora, eu acho que realmente temos que ter muito cuidado neste momento para analisar as condutas que ocorreram, para não tendenciar nem para um lado nem para o outro, e sim apurar os fatos, se for necessário. O órgão central, o serviço de repressão ao trabalho forçado está disposto a ajudar os produtores, os Parlamentares e é contra qualquer tipo de abuso que possa ter ocorrido.

Volto a repetir que eu não estava presente, mas se o Ministério Público do Trabalho, os auditores fiscais e a equipe da Polícia Federal que estava presente não nos relatou abuso, o que já ocorreu algumas vezes e nós já apuramos, talvez seja

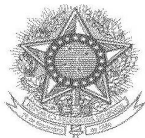


necessária uma comunicação formal. E desde já nos colocamos à disposição para isso.

Agora, realmente a presença da arma, a presença do efetivo policial, a presença da farda preta, a presença do uniforme é uma questão institucional que é uma segurança para os auditores fiscais. Não quer dizer que naquele momento tenha sido necessário ou não — volto a dizer que eu não estava presente. Mas as nossas fiscalizações se resumem, em primeiro lugar, à proteção dos auditores por conta de alguns casos que já ocorreram, inclusive o caso de Unaí. E aqui não há como também nos esquecermos de que, naquele momento... Só vamos saber se alguém se exaltou ou não naquele momento se apurarmos os fatos, quando chegar chegarmos ao conhecimento geral do fato. Existem várias versões sobre o mesmo fato. Acho que cabe a apuração. Mas dizer que a simples presença da Polícia Federal, com o intuito de proteger os auditores fiscais, não exatamente nessas duas ocasiões, mas em todas as fiscalizações que ocorrem no Pará, no interior do Amazonas, no Maranhão... Quanto ao uso do uniforme preto e da arma de forma ostensiva, os policiais federais são treinados para isso. Se houve algum exagero, temos que apurar. Mas não cabe a mim, de longe, tentar justificar ou julgar a presença do policial, a utilização da sua arma de forma ostensiva, a sua farda preta, o uso do seu uniforme como sendo desde já algo errado. Eu acho que se houve abuso nós devemos apurar, e as Corregedorias Estaduais e a Corregedoria-Geral da Polícia Federal têm arma suficiente para apurar esse tipo de conduta. Não estou defendendo qualquer tipo de abuso. Se houve, temos que apurar e temos que ser comunicados formalmente. Acho que é importante a comunicação formal, porque a partir daí a Polícia Judiciária vai tomar conhecimento e acabar encontrando a verdade real do que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Eu vou pedir desculpas, mas eu tenho uma questão de Regimento para manter. Então, depois, a palavra vai ser aberta aos Parlamentares e, posteriormente, a quem quiser fazer algum questionamento, desde que represente alguma instituição.

O SR. ELMIZ ROCHA JÚNIOR - Concluindo, Sr. Presidente, eu não quero me alongar, mas eu realmente não estou aqui para justificar ou julgar qualquer tipo de ação tomada naquelas duas ocasiões em que eu não estava presente. Devemos apurar e estamos prontos para isso. A Polícia Federal não se furta a fazer a apurar



nenhum tipo de excesso, seja em fiscalização do trabalho, seja em cumprimento de qualquer tipo de diligência, requisitada ou não pelo MP.

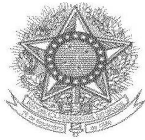
Agora, o Ministério Público do Trabalho requisita a presença da Polícia Federal em apoio aos auditores fiscais do trabalho, para que eles cumpram o dever institucional de maneira adequada, e para isso temos que nos fazer presentes. Se possível, nós não temos de maneira nenhuma de atrapalhar o lado de fiscalização do trabalho. Fiscaliza o EPI e as condições de trabalho e aplica multa é quem tem competência para tal, que são os fiscais do trabalho. A Polícia Federal faz a parte da segurança e faz parte da Polícia Judiciária, caso, por exemplo, encontre uma arma de fogo que não seja registrada ou coisas do gênero. A Polícia Federal não multa e não qualifica.

Inclusive o caso da Bahia relatado por um senhor para nós é motivo de apuração. Se algum policial federal fez esse tipo de ilação em relação ao cidadão, é desejo da Polícia Federal que nos seja comunicado formalmente, inclusive na presença do Ministério Público, nosso fiscal da lei, e nós vamos apurar os fatos. Não há nenhum intuito da Polícia Federal em esconder qualquer tipo de excesso ou qualquer tipo de justificativa para cada tipo de ação.

Às vezes a pessoa que está sendo fiscalizada se sente pressionada pelo fiscal do trabalho e pela Polícia Federal, mas não é intuito da Polícia Federal pressionar ninguém. Pode ocorrer algum tipo de pressão? Sim. Ninguém, a não ser o policial, pode saber o tanto e o quão necessário é o uso da arma de fogo, de forma ostensiva ou não. Agora, que nós devemos apurar, caso haja algum tipo de excesso, volto a afirmar que é nossa intenção também.

Então, Sr. Presidente, apesar de ter que me retirar para participar da CPI no Senado Federal, quero dizer, tanto na presença da procuradora quanto dos auditores e demais integrantes da Mesa, que a Polícia Federal tem total interesse, caso necessário, em apurar esses dois casos ou qualquer outro, desde que seja formalizado, trazidos documentos e testemunha. Para nós, não há nenhum interesse em esconder nossas ações. Agora, volto a repetir que o nosso trabalho é presença junto aos fiscais do trabalho e Polícia Judiciária em cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Delegado, eu agradeço. Já que V.Sa. vai ter que se retirar justificadamente, quero fazer somente duas ou três ponderações.



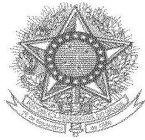
Na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Rio Grande do Sul, presidi um interrogatório na CPI do Narcotráfico naquele Estado, e vou lembrar de um episódio que ocorreu. Nós tínhamos prisioneiros custodiados, e lamentavelmente os agentes penitenciários entraram no local dessa CPI, ostensivamente, portando armas de grosso calibre, e um deles teimosamente mantinha o dedo no gatilho, até que eu o mandei sair da sala e requisitei à Polícia Federal que, armada de pistola, já que havia prisioneiros algemados, acompanhasse o depoimento.

Por que estou falando isso? Porque vi uma coisa que bateu torto para mim, que é o dedo no gatilho ou próximo dele. Acho que é importante repisar as normativas. Posso compreender a dificuldade que V.Sa. tem de representar talvez uma das melhores forças que temos no País, que é a Polícia Federal, o que é reconhecido por todos da sociedade brasileira. Acho que talvez, como sugestão e colaboração, devem ser elaboradas normas e diretrizes específicas para esses casos e que a Polícia faça realmente a proteção daqueles que são os agentes fiscalizadores da lei, até pelos episódios que nós vemos no Brasil, mas com o cuidado de, em determinado momento, não avançarmos o limite, o que é terrível. Tem um Deputado aqui na minha frente que conheceu isso bem de perto. Ele está até balançando a cabeça.

Quando era Prefeito de Pacaraima, este Deputado conheceu bem exatamente o lado que os produtores estão mostrando, vivenciou com rara infelicidade momentos em que foi vítima de uma ação indevida. Por isso faço esta ressalva para que a Polícia Federal pense numa forma que dê a devida segurança à população, mas sem comprometer principalmente comunidades pequenas.

A presença da Polícia Federal é emblemática no País. Ela entra numa agropecuária, num escritório de contabilidade, na casa de alguém portando arma de grosso calibre e a condenação está feita. E depois para desfazer essa condenação é um horror. A Polícia Federal tem como investigar e apurar, portar a pistola no coldre ou fora dele, como a técnica manda, e eu conheço um pouco disso. Seria mais do que adequado e desnecessário, por exemplo, como eles lá em Ibiraiaras, ter de estar sob a mira de uma metralhadora. É isso que traz esta revolta de que os produtores falam aqui. O caminho é o diálogo e o avanço de nossas instituições.

Com muito respeito e reconhecendo o inestimável trabalho da Polícia Federal, por quem tenho imensa admiração e com quem já compartilhei muitas ações com muitos colegas neste Parlamento e fora daqui, enquanto Deputado Estadual,



enquanto Deputado Federal, quero apenas fazer esta ponderação para que se possa pensar numa diretriz de ação que evite situações como as que nós lamentavelmente sabemos que existem no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Agradeço ao senhor a presença.

Com a palavra o Sr. Guilherme Moreira, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego.

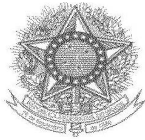
O SR. GUILHERME MOREIRA - Boa tarde a todos. Obrigado pelo convite. Na verdade, eu vou resumir minha fala, até porque a Dra. Débora e o Dr. Elmiz já falaram a respeito. Basicamente vou seguir no diapasão deles.

Desde abril deste ano sou Auditor Fiscal do Trabalho, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo. Anteriormente eu estava lotado no Rio Grande do Sul.

Na semana passada, quando o Ministério do Trabalho foi convidado para estar presente hoje nesta audiência, é que tivemos notícia da ação fiscal. Por quê? Por que nós não nos preocupamos? Não, porque existem milhares de ações fiscais em todo o Brasil. As situações mais graves chegam imediatamente ao nosso conhecimento.

Então, repetindo o que disseram a Dra. Débora e o Dr. Elmiz, Delegado da Polícia Federal, havendo realmente uma denúncia como a aqui feita, nós gostaríamos de recebê-la, porque existe também, como em outros órgãos, uma corregedoria ativa no Ministério do Trabalho, com vários componentes, que vai investigar isso. Por que vai investigar? Primeiro, porque nossa obrigação legal é investigar isso. Nós somos servidores públicos. Segundo, e tão importante ou talvez até mais, todo o sucesso do resultado obtido pelo Ministério do Trabalho não só no combate ao trabalho escravo, mas também no combate ao trabalho infantil, no combate à terceirização ilícita, no combate à utilização de cooperativa fraudulenta, todo esse sucesso, ao longo dos anos, com a participação do Ministério Público do Trabalho, com a participação da Polícia Federal e outros órgãos, como a Polícia Rodoviária Federal, é pautado e tem de ser pautado no respeito irrestrito à legislação. Por quê? Porque senão existirá uma banalização, existirá uma posição, além do que qualquer coisa aceitável, de uma decisão de um servidor público sobre a lei.

Se a lei está errada, se a lei é considerada muito avançada ou muito progressista, eu concordo com a Dra. Débora que não seja o caso de se discutir aqui.



Até porque, mais do que o Ministério Público do Trabalho, a Auditoria Fiscal do Trabalho é serviço público. Então, nós somos obrigados a seguir a lei. Muitas vezes nós nos defrontamos com a história do bom senso, história no bom sentido.

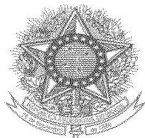
Como auditores fiscais, como servidores públicos, somos pautados pela legislação. Se nós começarmos a aplicar o bom senso — isso já foi verificado em outras histórias que ocorreram no País —, isso levará também um funcionário público a utilizar o mau senso. Então, se houver uma mudança na legislação, nós vamos cumprir a legislação.

O consórcio de empregadores, salvo engano, foi criado nos anos 90 na região do Paraná. Por quê? Porque ajuda os pequenos produtores a dividir o custo da contratação de trabalhadores, no respeito à legislação. Isso é dividido entre vários produtores. Se uma pessoa não consegue trabalhar um mês para um único produtor, ela reúne uma parte trabalhista para haver uma mitigação desse custo. Um consórcio de trabalhadores é uma instituição que deve ser cada vez mais respeitada, inclusive no interior deve ser incentivada. Verificamos que, ainda mais num local de pequenos produtores, essa é a saída não só para respeitar a legislação, mas também para trazer dignidade e maior tranquilidade para o produtor gerar renda, gerar riqueza, e tudo isso logicamente acompanhado do adjetivo decente. Não adianta só gerar renda, não adianta só gerar emprego. O que na verdade deve existir, acompanhado disso, é a geração de emprego e renda de forma decente, de forma sustentável.

Para terminar, foi levantado um ponto, salvo eu tenha entendido errado, sobre as multas aplicadas pelo Ministério do Trabalho. Quero deixar duas coisas claras: o auto de infração, que é o auto lavrado pelo auditor fiscal, ele depois existe, grosso modo, bem sucintamente, em duas oportunidades de defesa. Logo quando da lavratura do auto, a pessoa dispõe de 10 dias para interposição da defesa e, depois, havendo uma decisão que já sai da esfera do fiscal que lavrou o auto de infração, havendo a imposição da multa, o empregador tem a possibilidade de interpor uma defesa, e este auto vem para Brasília.

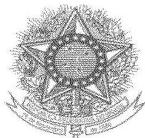
Então, existe — é o entendimento do Ministério, até porque isso obedece a todo um rito legal —, sim, o respeito ao contraditório logo após a lavratura do auto de infração.

Foi aventado, salvo engano novamente, que parte desse dinheiro que seria arrecadado quando as multas fossem pagas serviria como base ou como incentivo



para o pagamento dos subsídios dos auditores fiscais. Desde 1995, sou auditor fiscal. Desde 1995, nunca minha remuneração, a GIFA, foi pautada com base na produção ou na lavratura de autos de infração que decorressem de imposições de multas. Nunca! Mais ainda: hoje não, porque mudou o critério e nós trabalhamos em cima de planejamento, que é uma coisa mais moderna, gerencialmente abarca maior número de atividades econômicas e maior número de trabalhadores. Mas, mesmo quando não havia mudado essa forma de pontuação para receber, o Ministério inclusive, no momento de colocar os códigos e os nomes dos relatórios de inspeção, ele privilegiava bem mais aquela ação fiscal que resultou em regularização da situação encontrada do que uma ação fiscal que resultou na lavratura de auto de infração. Então o próprio Ministério do Trabalho, ao longo dos anos, sempre incentivou uma posição dessas.

De novo, repito, excesso é uma coisa que o próprio Ministério do Trabalho, a própria Auditoria Fiscal do Trabalho, em parceria com os órgãos que compõem eventuais ações conjuntas, ou especificamente grupo especial de fiscalização móvel, que é da minha divisão, até por respeito à continuidade do sucesso no combate ao trabalho escravo, que não é uma bandeira do Ministério do Trabalho, não é uma bandeira da Polícia Federal, é uma bandeira do Estado brasileiro que, na década de 90, reconheceu em fóruns internacionais a existência... Então, há um compromisso do Estado em combater isso. Como é que se combate? Sem excessos. Como é que se combate um crime desses? Sem ranços ideológicos. Como é que se combate uma luta dessas? É não existindo a eterna — graças a Deus, está terminando — luta capital/trabalho. Existe empregador. existe empregado? Existe. Os objetivos, as vontades podem ser diferentes? Acho até que devem ser diferentes, faz parte da vida, faz parte do jogo. Agora, não se pode pegar um ou outro lado e colocar para Cristo. Até porque o empregador não vive sem o empregado e o empregado não vive sem o empregador. Agora, até por causa disso excessos devem ser combatidos de ambos os lados. Mais pessoas existem de ambos os lados. Se existe 1%, 2% ... Eu não gosto de estatística, até porque estatística na boca da pessoa certa pode virar uma arma. Mas se existe um número pequeno, e é muito reduzido, de empregadores, empreendedores que têm más práticas na condução dos seus negócios na área trabalhista, esse pessoal, sim — porque ele pratica concorrência ilegal, concorrência desleal —, deve ser punido como um mau fiscal, como um mau policial, e o mau



procurador também deve ser punido. Assim que se incentiva boas práticas na área do campo, boas práticas na área urbana e uma cidadania mais ativa e mais consistente com o que se procura que este nosso País se forme. Não é uma coisa de papel, não é uma coisa de discurso, mas é uma coisa na prática que traga riqueza tanto para o empregador quanto para o empregado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Sr. Guilherme Moreira.

Pediu para se manifestar, em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Presidente Rosângela Silva Rassy, que disporá de 3 minutos, como o Prefeito.

A SRA. ROSÂNGELA SILVA RASSY - Boa tarde. Sr. Presidente, agradeço a deferência.

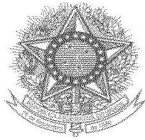
Na condição de Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores, nós nos sentimos na obrigação de também contribuir com este debate, no sentido de desmistificar de uma vez por todas que os auditores fiscais, ao ingressarem, ao se embrenharem numa ação fiscal de combate ao trabalho escravo, estão em busca de multas, estão em busca de prejudicar algum empregador.

Já foi falado por diversas vezes, mas é preciso repisar, é preciso dizer claramente que o trabalho do auditor fiscal é pautado na defesa do trabalho decente, na defesa daquele trabalhador que não tem todas as condições para se defender por si só. É o trabalho precarizado que nós combatemos.

Nós nos deparamos diariamente com situações irregulares e talvez o que pese ainda... E acho que temos que avançar, Deputado, muito na discussão do que é o trabalho escravo hoje.

A legislação mudou, a definição de trabalho escravo mudou, não é mais aquela do Código Penal de 1940. Então, trabalho escravo não é o homem acorrentado. Por isso vemos alguns empregadores indignados. Como o auditor teve coragem, com lágrimas nos olhos, de lavrar um auto dizendo que eu estava escravizando alguém?

Escravizar hoje pela legislação, e não pela cabeça do auditor, não pela cabeça do Ministério Público do Trabalho, é não dar as devidas condições de trabalho previstas em lei. Então, se nós temos normas, o auditor vai lá para fazer cumprir as normas.



Alguém perguntou durante a inquirição: “O senhor usa EPI?” Pode ser que o auditor use essa expressão, mas ele não vai basear-se apenas na fala do empregado, ou do empregador. Ele baseia-se em fatos, em condições de trabalho, acima de tudo. Nós rejeitamos, nós auditores fiscais rejeitamos que haja abuso da parte dos auditores fiscais. E nós estamos falando de mais de 10 anos de combate ao trabalho escravo. Já houve operações que se tornaram famosas no Estado do Pará. Eu sou do Pará, Estado que carrega a chaga de ser o campeão em trabalho escravo, e quantas situações escabrosas nós encontramos durante as ações fiscais! Nós rejeitamos, então, que em algum momento os auditores abusem. Não podemos aceitar essa imposição.

Nós avaliamos o ambiente de trabalho do trabalhador, e nós temos, sim, um poder de polícia, que nos é dado pela legislação, de exigir a apresentação de documentos, de fotografar, de filmar. Eu acredito, sim, que durante uma operação em alguns momentos empregados e às vezes os empregadores se sintam de alguma forma coagidos. Não há coação, senhores; há simplesmente a aplicação de um poder de polícia onde um auditor fiscal está numa situação às vezes muito desfavorável, e muitas vezes desacompanhado da Polícia Federal.

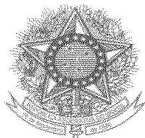
E eu gostaria, só para finalizar, Deputado, de reforçar o que o coordenador disse ali em relação à cobrança de multas. Ninguém pode sair daqui com esse pensamento. Jamais a Auditoria Fiscal do Trabalho trabalhou em função de multas, jamais! O número de autos de infração é o que está sendo considerado para que, no fim do mês, o auditor receba seus subsídios. De uma vez por todas, todos precisamos sair daqui com essa compreensão.

Agradecemos a sua colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Muito obrigado, Presidente Rosângela.

O Vereador Tomé, Presidente da Câmara Municipal de Ibiraiaras, pediu uma réplica. O senhor vai ter 2 minutos, Vereador. Eu não posso conceder mais do que isso porque tenho de abrir a palavra para os Parlamentares.

O SR. LUIZ ORLANDO DOS SANTOS CLÍMACO (Tomé) - Deputado, para não ocupar muito tempo, eu só quero discordar de dois dados, e um deles eu quero até que Marconi esclareça. Discordo de um dado da Dra. Débora, porque ela disse que não há preocupação com o trabalhador. Eles montaram um consórcio para



garantir os direitos dos trabalhadores! Então, eles estão preocupados com os trabalhadores. E a questão da morte, doutora, eu vou pedir que Marconi esclareça, porque ele nem estava trabalhando, nem chegou a trabalhar no Município de Ibiraiaras. Ele já chegou doente ao Município. Então, eu peço que Marconi preste esse esclarecimento, para que haja por parte dos presentes noção dos fatos.

O SR. MARCONI CHRISTIANETTI - É só para fazer esta ressalva: esse catador de batatas já chegou doente a Ibiraiaras. Nós temos provas, temos depoimentos dos irmãos dele, dos colegas dele. Ele veio a falecer 2 ou 3 dias depois, no dia 6 ou 7 de junho, quando as temperaturas, nós temos provas disso também, estavam bem altas, em torno de 15 graus, 16 graus, 17 graus. Não estou dizendo que isso seja o problema, mas não acredito que numa temperatura dessas uma pessoa possa morrer em 2 ou 3 dias de pneumonia. E nós temos prova das temperaturas — há empresas que fazem a leitura diária da temperatura —, lembrando que essa ação ocorreu no dia 7 de julho, e ele faleceu no dia 6 de junho.

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - O.k. Está esclarecido.

Começamos as manifestações dos Srs. Parlamentares com o Deputado Moacir Micheletto. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Presidente...

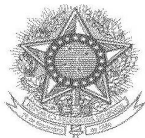
O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Pois não, Deputado Jesus. O senhor está inscrito.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - ...eu queria só saber a ordem dos inscritos, porque talvez eu tenha de sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Então, vamos lá: Deputado Micheletto, depois o Deputado Oziel, depois V.Exa., depois o que vos fala, e depois os Deputados Luis Carlos Heinze, Paulo Piau e Quartiero.

Tem a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, palestrantes, eu comecei a anotar os depoimentos, e depois encerrei a anotação dos depoimentos. Eu estou estarecido, olhando bastante para a nossa jovem Dra. Débora, que representa aqui o Ministério do Trabalho, com a forma, a frieza, a conduta (*palmas*), o jeito como a senhora se dirigiu a esta plateia aqui. Olhe,



de uma coisa eu vou dar um depoimento: entre a senhora e esta gente que está aqui, eu fico com eles! (*Manifestação no plenário. Muito obrigado! É isso aí!*)

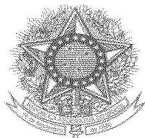
Eu não consigo entender por que a senhora ainda disse que não há fatos, até para constituir — quem sabe? — uma sindicância, uma CPI ou uma Comissão de Parlamentares, porque o órgão que a senhora representa já deveria ter estado lá quando a bandeira do Município é levantada, minha senhora! Quando o Presidente da Câmara fala, quando o Prefeito fala e olha para o rosto desta gente que aqui está, quase todos jovens, não precisam de fuzil, não precisam de cadeia. Há alguém que está ao seu lado, chorando! A senhora não teve essa sensibilidade. Eu tenho condição de analisar: a senhora falou friamente, usando do posto que a senhora ocupa para fazer com que se cumpra a lei, custe o que custar.

Não estou dizendo que a senhora esteja errada no cumprimento da lei, mas considere os depoimentos dados aqui. E eu digo isso à senhora porque estou há seis mandatos nesta Casa, e ouvimos de tudo aqui nesta Casa. Eu sou filho de um pequeno produtor rural; se eu estou falando aqui para a senhora é porque mais de 130 mil brasileiros me deram esta condição de estar manifestando a minha indignação até pela forma como a senhora está analisando um fato como esse.

Eu ouvi aqui os outros, tanto o representante da Polícia Federal como o Dr. Guilherme, fazerem a sua ponderação, mas a senhora foi taxativa, disse assim: “Olhem, aqui quem está falando é a lei, e vocês vão ter de obedecer à lei”. A senhora ouviu: apenas desmentiu agora, ao seu lado, o nosso Presidente que está aí, esse cidadão que está ao seu lado, chorando, que está no médico, desmentiu a senhora, porque a senhora aqui participou um dado: o de que tinha morrido um cidadão porque veio do Maranhão para uma temperatura abaixo de zero. A senhora também é nordestina, e nós todos somos brasileiros. E agora ele desmente a senhora. A senhora, dos dez dentes de uma engrenagem, ficou em um só!

Eu faço a pergunta aqui, porque essa é a causa da minha indignação, de eu estar, Sr. Presidente, estarecido. Eu estou estarecido, porque, pelo que eu ouvi aqui, essas são operações fascistas, nazistas, principalmente numa cidade como essa, de pequenos produtores, de que é inclusive símbolo da sua bandeira a batata, que mata a fome, porque eles não comem prego nem parafuso.

E a senhora, sem sensibilidade nenhuma, impõe sua autoridade: “Aqui quem manda sou eu”. E a senhora já deveria ter sabido que esse cidadão que morreu —



essa era a única coisa que a senhora estava sabendo, nesse contexto todo —, que esse fato que diz respeito a essa cidade, Ibiraiaras, de que estamos falando, de nome difícil, nome indígena, nem sei o que significa...

(Não identificado) - Deusa da mata.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Meu Deus! Podia ser Satanás da Mata, então. *(Risos.)*

O que eu queria é que a senhora pudesse ouvir a todos. Eu acho que vale a pena a senhora ir até essa cidade, a senhora ir lá, ouvir o povo, ouvir o representante do povo, que é o Sr. Prefeito, que levantou a bandeira para o Brasil. O Brasil inteiro tem de ver e ouvir isso! A Câmara, que representam esse Vereador que está aí e os outros Vereadores, é a cara do povo daquela cidade! E de repente eu vejo a senhora nessa frieza, e, num estado sensibilizado, eu poderia dizer o seguinte: não queremos ver isso aqui, não. Nós condenamos a chacina de Unaí. Nós não queremos essa briga. Nós queremos achar uma solução, e esta Casa precisa achar uma solução.

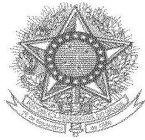
Sr. Presidente, isso está acontecendo por omissão do Parlamento brasileiro, por não termos resolvido ainda *(palmas)* o problema dessa situação que aí está. Eu quero falar como brasileiro filho de imigrantes que saíram lá da Europa e vieram tentar construir sua vida no Brasil. Eu estou com esta gente, quero deixar claro para a senhora. Entre a senhora e eles, eu estou com eles!

E faço um pedido à senhora: vá visitar essa cidade, vá conversar com o povo, vá lá para ver *(palmas)* se eles vieram aqui para mentir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Muito obrigado, Deputado Moacir Micheletto.

Tem a palavra o Deputado Oziel.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Meu boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar aqui nosso Presidente desta Comissão nesta tarde, cumprimentar também a Dra. Débora, cumprimentar o Dr. Guilherme, o Delegado da Polícia Federal, que acabou de sair, o nosso Vereador, o nosso produtor Christianetti, o nosso Presidente do Sindicato de Luís Eduardo Magalhães, Sr. Vanir Kölln; quero cumprimentar também o representante do Sindicato dos Trabalhadores, Presidente Renildo, e também Edson Picoloto, membro do Consórcio de Empregadores, o Prefeito, que aqui também fez a sua exposição, e cumprimentar especialmente os produtores da Bahia João Carlos Puton, o Sr. Antônio, o produtor da reforma agrária

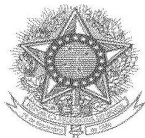


que acabou de fazer a sua exposição, o Sr. Rogério Faedo, também empresário e produtor rural, Schimit, Presidente do Sindicato Patronal de Barreiras, e outros que também estão aqui nesta Casa.

Eu faço aqui também minhas as palavras de Micheletto sobre a nossa indignação por ver que muitas vezes os abusos que ocorrem, como disse aqui o Delegado da Polícia Federal e também a Dra. Débora, não é possível chegarem até as mãos tanto da Polícia Federal quanto do Ministério Público do Trabalho. Eu mesmo sou vítima de um processo desses, de um fiscal. Já trouxe isso aqui, a esta Comissão, já levei ao Ministro Carlos Lupi, já levei à nossa Dra. Iza, lá da Bahia, que é a Coordenadora do Ministério do Trabalho. O fiscal fez uma autuação na nossa região, e autuou abusivamente. Ele já perseguiu tanto esse empresário! Já foi lá mais de dez vezes, à fazenda dele, a Fazenda Encanto do Rio, e até a última vez ele não conseguiu limite para a invenção da cabeça dele. Ele citou meu nome três vezes nos autos do processo, ainda como Prefeito duas vezes e agora como Deputado Federal, e ainda insinuando que houve um benefício para uma propriedade. Ele próprio, na sua própria narração, diz que aquilo será usado inclusive para a própria defesa nos autos. Inclusive cita favorecimento daquela empresa, o que é mentira. Também insinua que aquela propriedade poderia ser de um laranja meu.

Então, se for dessa forma, doutora, nós poderemos aqui, eu tenho a condição, hoje, pelo voto que o povo me deu para chegar a esta Casa, de vir aqui fazer essa denúncia ao público, mas tantas outros no País inteiro não têm a mesma condição do que eu ou do que esses que estão aqui temos para fazer esse tipo de denúncia, porque quando a Polícia Federal chega, ou o Ministério do Trabalho chega, eu duvido que algum fazendeiro, algum proprietário tenha condições de ficar com a máquina fotográfica na mão para fotografar os abusos ocorridos. Eles tomam a máquina na mesma hora! Jamais eles vão dar condição de ficarem com máquina fotográfica lá.

Eu sou defensor do trabalhador, doutora. Sou também um trabalhador, e esses que estão aqui também são trabalhadores. De direitos humanos eu também sou um defensor, mas na nossa região — a senhora está aqui também em defesa daqueles que estão presos —, na minha cidade, numa cela que tem capacidade para 12 pessoas há 80 presos. Sou defensor dos direitos humanos. Por que é que não foram lá olhar isso ainda, aqueles 80 que estão lá, um em cima do outro? (*Palmas.*) Na cidade de Barreiras a capacidade da delegacia é de 30, mas existem 130 presos.



Então, são defensores dos direitos humanos, mas para lá os senhores também não foram.

Eu gostaria também de fazer uma ressalva aqui, como uma pergunta para a senhora, nesta tarde, e como uma sugestão para todos nós. No caso aqui do Sr. Antônio, que é um trabalhador da reforma agrária, no entorno dos seus 3 mil e poucos hectares, pela reforma agrária, há 250 famílias assentadas, no Município de Luís Eduardo, do qual fui Prefeito por dois mandatos, em que condição de trabalho ele vai conseguir manter a sua família, já que a própria produção da reforma agrária não dá dignidade de vida a ele? Qual é a forma de trabalho em que ele vai produzir ali o sustento da sua família? Qual é a forma de contratação? Qual é a forma que ele vai encontrar para trabalhar, de acordo com o depoimento dele? É só uma pergunta que eu faço a V.Exa.

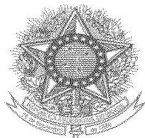
E no mais, gostaria de agradecer aos expositores. Esta audiência pública já valeu, porque já vimos aqui que tanto a Procuradora quanto o Delegado da Polícia Federal não conheciam os abusos que são cometidos no interior do nosso País. No mais, quero dizer que nosso País não pode mandar nossos produtores plantarem batata. Pode ser que muitos de nós, quando vamos ao McDonald's ou a qualquer outro restaurante, gostemos de comer batata frita, mas não vamos mandar os nossos produtores plantar batata.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Oziel.

Deputado Jesus Rodrigues, a palavra está com V.Exa. V.Exa. termina o bloco, e em seguida os membros da Mesa poderão manifestar-se.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Bom, eu queria cumprimentar todos e todas, e dizer à Dra. Débora que infelizmente eu não sei se peço aqui desculpas à senhora por tê-la incluído, por ter solicitado a inclusão do convite do Ministério do Trabalho no requerimento desta audiência pública do Deputado Onyx Lorenzoni. O requerimento foi feito, não constava isso, mas eu entendi que numa audiência pública deveríamos ouvir os dois lados, então eu pedi e o Plenário aceitou; mas, pelo que a senhora tem ouvido aqui, eu não sei se... Eu espero que o que foi considerado arrogância da sua parte seja considerado equilíbrio, e que no momento de uma atuação sua a senhora haja da mesma forma como agiu aqui, com muita tranquilidade, para ouvir e responder, impassivelmente, as questões que foram



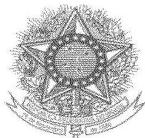
dirigidas à senhora e que a senhora deveria responder. Então, achei que a senhora deveria estar aqui, tanto quanto a Polícia Federal.

Eu quero dizer, do ponto de vista de trabalhador, eu que fui empregado da Caixa Econômica Federal por 21 anos, que algumas vezes, por abuso do meu patrão, recorri ao Ministério do Trabalho para denunciar que eu chegava antes da hora e saía depois da hora e não me pagavam hora extra nem nada, isso quando eu morava numa cidade do interior do Piauí. Depois que eu fui para a Capital, envolvi-me com o pessoal do sindicato; de lá cá para cá entrei na luta e fiz todas as greves que bancários poderiam fazer por melhores condições de trabalho. Hoje fui ali retirar meu dinheiro na Caixa Econômica Federal e vi lá o aviso: "Greve na Caixa Econômica". É a luta do trabalhador.

Também quero dizer que estou aqui para tentar ver se nós, de um lado ou de outro, ou do capital ou do trabalho, nós aqui, como Deputados, podemos encontrar maneiras de evitar os excessos, de fiscalizar os excessos. Eu hoje estive numa audiência com o Ministro das Comunicações. Nós fomos relatar que a Polícia Federal chegava devidamente armada a uma rádio comunitária para lacrá-la, tomar o transmissor, os CDs, os DVDs, os computadores, os monitores, tudo, e numa dessas ações, em 2005, a Polícia Federal chegou, e uma pessoa, Conceição, que estava operando os equipamentos, veio a falecer naquele momento, e na investigação disseram que não se encontrou nexo causal entre a chegada da Polícia Federal e a morte dessa pessoa.

Se há nexos causal entre o fato de uma pessoa morrer de pneumonia porque já chegou lá doente ou não, cada caso é um caso, cada caso há de se averiguar. Também por ação da Polícia Federal, que trancou agora, junto com a ANATEL, uma outra rádio comunitária, o operador, que não se encontrava no local porque estava hospitalizado, foi a óbito, e pode-se dizer que morreu porque o seu instrumento de trabalho foi lacrado; bom, se há nexos causal ou não eu não sei, ou se também no caso da pneumonia há, eu não tenho condição de dizer isso, mas os abusos têm de ser evitados de parte a parte, da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho. Eu acho que nós podemos desenvolver todos os mecanismos.

Infelizmente, eu não posso concordar com a opinião de que não se tenha uma máquina fotográfica do lado de cá. Quando a Polícia Federal chega para fazer uma



intervenção, essas câmaras fotográficas estão nesses celulares hoje, os mais simples têm câmara. Não acredito...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - ...eu não sou advogado, mas eu não acredito que não seja possível fazer uma filmagem dos excessos, ou de como se chega. É democrático, e é um direito que a pessoa tem, o de catalogar.

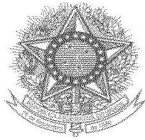
Fica, então, a pergunta, à senhora e ao representante da Polícia Federal. Infelizmente ele já saiu. Mas eu acho que é perfeitamente possível também fazer-se isso e depois fazer a denúncia, mesmo sem máquina fotográfica. Denuncie-se o fiscal, denunciem-se todos aqueles, e faça-se a apuração devida.

Eu quero dizer que, do outro lado, há a questão do abuso de patrões que não fornecem os equipamentos de proteção individual, os EPIs. De algum tempo para cá vêm sendo cada vez mais exigidas condições de trabalho, dignidade para o trabalhador. Eu lembro, no meu tempo de garoto, que quando estavam asphaltando a porta ou calçando uma avenida os trabalhadores espalhavam asfalto quente andando com chinela havaiana, sem luvas, sem máscara, sem camisa de manga comprida, isso há 30 anos. Hoje a gente sabe que é preciso que ele use protetor solar, chapéu, camisa de manga comprida etc.

Eu acho que muitas pessoas precisam, na verdade, convencerem-se de que quando forem contratar o trabalhador precisam dar a ele condições mínimas de trabalho. Quando o Deputado Onyx Lorenzoni descreveu o alojamento onde as pessoas ficavam, eu sinceramente fiquei com vontade de passar uns dias lá com a minha família quando eu fosse passear pela região, mas as fotos desanimaram-me um pouco. Não é bem da forma como ele relatou aqui.

Mas eu queria dizer que me tenho dedicado, embora seja bancário e sem terra, nem debaixo das unhas, porque eu costumo lavar as mãos corretamente, e tenho dedicado o meu mandato à agricultura familiar. Tenho muita vontade de ver o agricultor familiar produzir batata-doce para produção de álcool. Eu não compreendo por que a produção de etanol hoje é uma exclusividade das grandes usinas. O pequeno agricultor lá de Ibiraiaras poderia também produzir álcool em pequenas propriedades. Poderia ser álcool de batata-inglesa, mas de batata-doce é mais fácil.

Então, eu queria dizer para o meu Vereador Tomé que não tente acabar com o Bolsa-Família, não, porque ele tem sido um grande instrumento, junto com a



valorização do salário mínimo, para a erradicação da pobreza e a distribuição de renda. Afinal de contas, 40 milhões de pessoas saíram da linha da miséria por conta de ações, de atitudes, de um conjunto de programas de Governo, que tem conseguido fazer com que muitas pessoas deixem a zona da pobreza, e muitas outras ainda têm de sair. São 16 milhões, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Jesus.

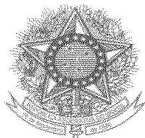
Tem a palavra a Dr. Débora, para a réplica.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Bom, em relação ao abuso, volto a dizer, e vai ser uma nova rodada com os senhores me odiando, mas no entender do Ministério Público do Trabalho não houve abuso. O que chegou para o Procurador do Trabalho, que nem participou dessa operação, é algo de que eu nem entrei no mérito aqui, porque o Procurador do Trabalho sequer participou da operação. Ele recebeu a documentação, e na documentação que recebeu a manifestação de repúdio, que já foi até retificada pela Câmara Legislativa de Ibiraiaras, é pelo fato de o Procurador ter proposto um TAC.

A propositura de um termo de ajustamento da conduta não é considerada abuso. Então, peço desculpas se os senhores se ofendem, se acham que sou fria, que estou sendo arrogante. Eu estou aqui fazendo o meu trabalho. Não é a primeira vez que eu estou numa audiência pública falando de coisas da agricultura, não é a primeira vez que alguns Parlamentares se chateiam com o que eu digo, mas é o meu lado, e realmente eu penso assim.

O que me sensibiliza não tem nada a ver com a situação pessoal de Marconi. Eu sensibilizo-me com a situação pessoal dele, mas institucionalmente, é preciso deixar bem claro para os senhores, o que me sensibiliza como membro do Ministério Público é o trabalhador. Nisso eu não quero demonizá-los, de forma alguma, tanto que eu quero que a discussão vá para o âmbito judicial, mas não vou mudar de lado por conta desta audiência aqui. O que me sensibiliza de fato é o trabalhador.

Aqui os senhores tem de entender que uma audiência pública é para realmente ouvir os dois lados, e eu só tenho a agradecer o fato de chamarem o Ministério Público do Trabalho, porque eu acho salutar esta discussão. É salutar ouvir o que os senhores acham, e eu acho que os senhores têm de se cercar de quem está a favor dos senhores, é claro. Ninguém vai fazer prova contra si. Mas, como integrante do Ministério Público do Trabalho, chateando os senhores ou não, parecendo arrogante



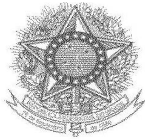
ou não, nós não vemos abuso no fato de o Procurador propor um termo de ajustamento de conduta. Se não quer assiná-lo, é um direito de Marconi. Ele que vá atrás dos advogados dele. Nós vamos ver qual é a atuação ministerial. Não houve abuso. A propositura de um termo de ajustamento de conduta faz parte do dia a dia de um procurador do trabalho. E vamos para as vias judiciais, vamos lá, vamos conversar.

Espero que ninguém aqui fique com questões pessoais, nem fale da minha idade, porque parece que todo o mundo gosta de falar da minha idade. Se pareço arrogante, peço desculpas. Não é a minha intenção. Mas é preciso reafirmar aqui com firmeza que estou disposta a atender a todos os convites que esta Casa me fizer, honra-me muito ter sido chamada, até porque faço parte do Ministério Público do Trabalho, mas não houve, repito, no nosso entender, qualquer abuso na propositura do TAC.

Vou além, e aqui faço uma exposição pessoal. Pela documentação que eu tenho — é lógico que os fatos vão ser apurados, mas eu vi o inquérito e não vou entrar no mérito do falecimento do trabalhador por pneumonia —, eu achei que houve violação dos direitos humanos daqueles 35 trabalhadores, sim. Não houve o abuso, e isso vamos apurar. Se chegar a prova do abuso, o.k. Mas não me convence que aqueles trabalhadores não tiveram seus direitos humanos vilipendiados naquele momento.

Mas daí a demonizá-los, daí a eu parecer arrogante, ou parecer fria... Só posso pedir desculpas. É o meu trabalho. Isso não me sensibiliza, senhores, não me sensibiliza. Realmente, não me sensibiliza. O que me sensibiliza é o lado do trabalhador, e aí vamos ver quem vai ganhar, em termos de sociedade, em termos jurisdicionais. Vamos ver isso na Justiça do Trabalho.

O meu posicionamento institucional. O Dr. Rodrigo Maffei — assim como todos os procuradores do Trabalho de Caxias do Sul — está fazendo o trabalho deles ao propor o termo de ajustamento de conduta. Isso é tão interessante que sequer a expressão “trabalho escravo” é mencionada no relatório de fiscalização. Ainda que as condições não fossem análogas à de escravos, nós iríamos propor um termo de ajustamento de conduta. O TAC não é simplesmente o reconhecimento de uma situação passada: é um compromisso para o futuro. O que se busca com o termo de ajustamento de conduta e com a ação civil pública da Lei nº 7.347 é que os



empregadores se comprometam para o futuro, e com base numa legislação que foi feita de forma tripartite, com participação também dos empregadores.

Espero que não fique aqui nenhum ranço de cunho pessoal. Este é um posicionamento institucional. Para nós, não houve abuso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Pois não, Deputado Oziel.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Doutora, a senhora poderia responder a pergunta que eu fiz sobre a reforma agrária?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Não sei.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Não sabe?

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Não sei.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Obrigado.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - A pergunta era sobre o trabalhador do INCRA?

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Era.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Bom, eu vou falar aqui como cidadã.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Geral.

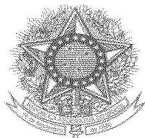
A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Não vou falar como procuradora do Trabalho, até porque minha área é trabalhista. Como cidadã, eu acredito que ele deve ir buscar as políticas públicas do Município.

Qual é seu Município?

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Luis Eduardo Magalhães.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Luis Eduardo Magalhães. Políticas públicas. Aliás, já que foi mencionado, essa é outra vertente da atuação ministerial. A atuação que estou defendendo aqui é eminentemente repressiva. Se recebemos uma denúncia de trabalho escravo, atuamos com repressão. Mas nós, do Ministério Público do Trabalho, temos também uma atuação preventiva e de reinserção com a CONATRAE e outras entidades.

O caso dele — e estou falando como cidadã, não como procuradora do Trabalho — é um caso de política pública. Ele precisa os agentes sociais da Prefeitura



de Luis Eduardo Magalhães. A cidade, lá do oeste da Bahia, tem que inseri-lo em programas de políticas públicas.

O.k.?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Senhores, por favor.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Quem são os políticos aqui? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Ele já faz parte de programa de política pública. Está na reforma agrária. Mas isso não sustenta, esse é o questionamento. Ele foi trabalhar numa fazenda próxima para aumentar sua renda, e foi preso.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - E quem tem essa resposta? O Ministério Público do Trabalho? Eu não sei. Não tenho essa resposta, realmente.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Muito obrigado, doutora.

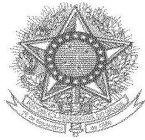
O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Deputado Onyx Lorenzoni, demais debatedores, quero inicialmente cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, por mais uma vez trazer este tema à discussão na Comissão de Agricultura.

Estou vendo ali a chacina de Unaí.

Dra. Débora, desculpe eu não ter podido assistir à sua fala. A do Dr. Guilherme, acompanhei um pouquinho. Tive de sair para atender a compromissos em outra Comissão.

A grande preocupação é que os senhores do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho tinham que entender um pouco melhor essa maravilha que é o agronegócio brasileiro. O Brasil tem hoje 26 bilhões ou 27 bilhões de superávit na balança comercial, e 90% desse superávit foi garantido pela agricultura. Os senhores veem isso e acham que o agricultor está nadando no dinheiro, que está tudo bem, muito obrigado. O produtor é explorado pela indústria de fertilizante, e o Governo brasileiro não tem política para os fertilizantes. Aqui está um ex-Ministro que tentou fazer alguma coisa. Até hoje, não conseguimos resolver isso. E há também o pessoal dos defensivos, que rala em cima do produtor. A PETROBRAS é um orgulho do Brasil. Foi criada por Getúlio Vargas, conterrâneo nosso, Deputado Onyx. Hoje, a PETROBRAS é o que, mas explora o produtor. E não é só a PETROBRAS. Nós pagamos o combustível mais caro do mundo, o fertilizante mais caro do mundo, o



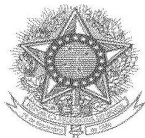
defensivo mais caro do mundo, os custos de transporte mais caros do mundo. Vejam o povo do Mato Grosso: levam soja do Mato Grosso para Paranaguá. Quase metade do custo é frete. Então é mão de obra, fertilizante, defensivo, tudo isso em cima do produtor rural.

Mas a senhora não tem nada a ver com isso. A política não foi a senhora que fez. O Governo é que tem de fazer. E hoje não temos política de proteção do Governo. Saudades dos Governos militares. Saudades de Getúlio Vargas. Saudades dos anos 50, 60, 70. Até o início dos anos 80, havia política de proteção da produção brasileira. Do Fernando Collor e do Sarney para cá, a lei é a do livre mercado. E, com o livre mercado, o produtor está lascado hoje, porque todo mundo o explora.

Não sou contra o trabalhador, mas uma das maiores fontes de geração de emprego neste País é o produtor rural. A questão que estamos tratando hoje aqui não se trata de trabalho escravo. Eu não sou contra votarmos esse projeto. O que eu quero discutir é o art. 149. As letras “a” e “b”, o.k., mas a “c” e a “d”? O que é trabalho degradante? O que é jornada exaustiva? Essas questões é que temos de esclarecer. São 256 as exigências da IN nº 31. Como é que alguém vai cumprir isso? Se sou fiscal, lasco o sujeito do jeito que eu quiser. Esse é o problema. Hoje, banco explora, o setor de petróleo explora, o de defensivo explora, o de fertilizante explora. Eu vendo para uma multinacional e não boto preço no que produzo. Eu quero saber quanto me pagam pelo saco de soja, pelo saco de arroz, pelo quilo não sei de quê. O vendedor bota preço no que me vende, mas eu não boto preço em nada. Sou vendido e sou comprado do jeito que quiserem. Mesmo assim, o Brasil bate recorde em exportação de produtos agrícolas. E todo mundo explorando. O que nós temos de entender é que é preciso olhar um pouco para o produtor.

Certa ocasião, eu recebi um pessoal de uma universidade norte-americana. Eles estudavam a agricultura brasileira. Disseram assim: *“Deputado, eu não sei como vocês ainda falam tão mal do produtor brasileiro”*. E quem fala somos nós, brasileiros. Alguém do Ministério “A” ou do Ministério “B” lasca esse produtor. E, na verdade, ele tinha era que ser levantado, ovacionado, como acontece em qualquer parte do mundo. Aqui, parece que o produtor é qualquer coisa, é um explorador.

Se o Governo Lula conseguiu superar a crise de 2008, Ministro Reinhold Stephanes — V.Exa. era Ministro —, foi graças à produção primária. Se vamos superar a de 2011, será graças à produção primária. E o maior explorador de todos



sabe quem é, doutora? Governo Federal, com uma carga tributária de 36%, de 37%. Ele é o responsável. Não há país no mundo que cobre tributo sobre alimento como o Brasil. Essa é a questão.

Seria interessante que os senhores entendessem o outro lado. Eu sei que é preciso proteger o trabalhador, e não sou contra isso. A senhora está no seu papel. Eu tenho que defender o produtor. Ele é que gera a riqueza, que gera empregos neste País.

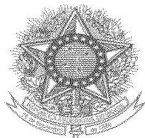
Os jornais do Estado mostraram anteontem, Deputado Onyx, que quase 90% vivem ainda do Bolsa Família. Ora, as pessoas tinha que receber a bolsa por 1 ano, 2 anos, e depois arrumar um emprego. Não deveria viver eternamente do Bolsa Família, de bolsa não sei o quê, de programas sociais. Isso é um quebra-galho, para o sujeito poder estudar, arrumar emprego e melhorar de vida. Do jeito que está, em vez de estimular a procura de emprego, está-se desestimulando.

O que vemos hoje é fiscal em cima do produtor rural, como fizeram os fiscais do Banco do Brasil. O produtor chegou a um ponto, em Santa Rosa, interior do Rio Grande do Sul, que acabou matando o fiscal, pela forma como foi colocada a situação. O fiscal demonizou o produtor rural. Ele não sabia mais o que fazer. Imaginem — não sei desse caso que estão tratando aqui — a forma como eles chegam. Um produtor do Rio Grande do Sul tem propriedade na Bahia. Vinte ou trinta vezes o fiscal está em cima dele. Esse produtor não vai produzir mais! O que é que ele vai fazer?

Essa questão é importante, tinha que envolver o Governo como um todo. A senhora faz parte do Governo. O Governo tinha que olhar para o produtor, tinha que privilegiá-lo, para que ele não virasse um miserável, como está virando hoje. Setenta e cinco por cento dos produtores rurais brasileiros, sabe qual é a renda bruta que eles têm? Zero vírgula seis salários mínimos por mês. Renda bruta. Isso é um trabalho da EMBRAPA e da Fundação Getúlio Vargas, entidades isentas. Imaginem, colocar mais um fiscal para cima desse miserável, para fazer o quê? Está morto. Essa é uma questão que deve ser entendida como um todo. O Governo tem que entender isso. Todo mundo explora esse coitado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Heinze.

Tem a palavra o Deputado Paulo Piau.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu serei bastante breve.

Quero agradecer aos convidados a presença. Esse é um debate que merece ser feito.

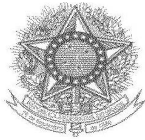
Refletindo sobre as colocações aqui feitas, na verdade, temos de ter muito juízo nesse período em que estamos vivendo da vida nacional. Nesses 511 de Brasil, temos 22 anos seguidos de democracia, recorde na história do País. O resto era ditadura, regime forte, que se impunha de cima para baixo — os de baixo obedeciam. Agora, estamos constituindo uma rede de organização da sociedade brasileira. Estamos construindo a nossa democracia. Ainda não temos democracia. Temos liberdade, mas sem democracia, ainda. Por isso, eu digo que temos que ter muito juízo nesse período.

Temos uma educação ruim, poderíamos até dizer de péssima qualidade. Então, ainda não temos cidadãos com a cultura, na média, eu diria assim, capaz de absorver uma legislação absolutamente incompatível com a cabeça do brasileiro. Estamos gastando dinheiro com os meios de controle e não estamos gastando dinheiro com os fins. O Presidente Lula disse isso com toda a clareza: os mecanismos de controle estão engolindo os fins. Enquanto um promotor ganha vinte e tantos mil reais um engenheiro ganha três mil reais. Isso é uma deformação. Temos que ter o equilíbrio, sob pena de paralisarmos.

Vejam que dado interessante! Entram na universidade brasileira, por ano, 283 mil alunos de Engenharia. Sabem quantos saem por ano? Trinta e dois mil engenheiros. O restante evade das escolas. Essa é a realidade brasileira.

Quando ouço a Dra. Débora dizer “eu não abro mão das minhas convicções”, eu vi o Ministro Reinhold Stephanes, já foi Ministro da Previdência, que tem uma larga experiência, dizer que esse é o sistema. Tem mais ideologia nessa questão, hoje, do que pragmatismo e vontade de construir este País. Infelizmente, essa é a verdade.

Em relação à questão ambiental, Sr. Presidente — para trazer o tema para o nosso debate —, eu estou extremamente preocupado. Acompanhando a tramitação do Código Florestal no Senado, estou vendo a pressão dos ambientalistas, dos artistas e dos estudantes universitários. O meio ambiente virou a coisa mais importante do mundo. Virou um fundamentalismo. Estou preocupado com a sociedade brasileira: aonde vamos chegar com essas colocações todas.



A Constituição de 88 foi chamada de Constituição cidadã, mas, no fundo, criamos um monstro. Foi o meu Presidente Ulysses Guimarães que a fez, mas a fez com a melhor das boas intenções, para em 5 anos sofrer a sua revisão e ser regulamentada. Não sofreu revisão alguma e não foram regulamentados muitos dos seus artigos. Criamos um monstro, repito. E quem não tem experiência de vida, mas tem o poder de caneta e o de fiscalizar está fazendo um grande mal para este País.

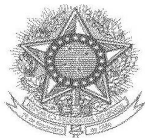
Para nós que conhecemos a realidade brasileira, Dra. Débora — não estou falando sobre a ação da senhora —, a sua colocação “eu não mudo a minha convicção por causa de uma audiência pública” — nos preocupa. Peço-lhe que reflita, que vá na base; entenda o que acontece, entenda a cabeça do brasileiro. Uma lei criada muitas vezes nos gabinetes, que nem passou por esta Casa, não foi discutida com a sociedade brasileira, o indivíduo que ainda não tem conhecimento, cultura e educação é obrigado a cumpri-la, e os senhores, com toda a força — isso é ditadura — fazem esse indivíduo cumprir uma multa que lhe é imposta (*palmas*) antes de educá-lo, antes de conscientizá-lo, antes de incentivar a sua atividade. Isso, a senhora pode ter certeza, é um martírio, isso é uma prisão. Muita gente está aí sendo condenada antes da hora.

E não venha me falar que vamos para a Justiça. É muito duro ouvir isso: obrigar um agricultor simples buscar um advogado para se defender de uma causa injusta — não estou falando das causas justas. E a senhora pode ter a certeza — eu sei que não podemos generalizar — que existem policiais bons (a maioria) e maus; existem promotores bons e maus; existem bons fiscais e maus.

Gostaríamos que a Corregedoria fosse um pouco mais ativa, um pouco mais atenta, porque um simples produtor ou um simples trabalhador — vamos generalizar — pode ser prejudicados, e queremos todos os brasileiros protegidos pelo Estado.

Quero aqui terminar fazendo esse desabafo e chamando a atenção para esse aspecto: o trabalhador rural é fundamental, assim como o produtor, como o empresário, como o trabalhador urbano; enfim, todos somos importantes. Mas tem que haver equilíbrio, tem que ter bom senso. Sem antes conscientizar e educar, a lei vira um martírio, vira uma prisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Tem a palavra o Deputado Paulo Cesar Quartiero.



O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO - Sr. Presidente, até ficamos meio sem rumo, mas foi declarado aqui que o combate ao trabalho escravo foi um compromisso que o Brasil assumiu num fórum internacional. E vemos que o Brasil assumiu também compromissos no que se refere ao meio ambiente, aos direitos humanos e na proteção de minorias étnicas.

No entanto, esse elenco de compromissos não foi gerado pela nossa sociedade, por nossos representantes ou por necessidade do nosso povo. Foi alguma coisa que foi trazida de fora e aqui implementada.

Então, dizem: *“Temos que proteger o meio ambiente”*. Mas o que vemos são reservas ambientais sendo queimadas sem que ninguém faça coisa alguma.

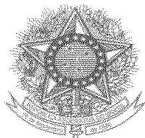
Dizem que temos de proteger as minorias étnicas. Hoje, está noticiado na *Folha de Boa Vista* que índias ingarikós, de Roraima, estão morrendo de beribéri, doença causada pela desnutrição.

Dizem que temos que proteger o trabalhador. Mas como o trabalhador vai para frente com os impostos, com requisições que o Governo faz na folha de pagamento, para manter essa imensa máquina burocrática, o que inviabiliza o trabalhador receber mais!

E aí se junta tudo: meio ambiente, combate ao trabalho escravo, regularização questão fundiária, defesa das minorias étnicas e ANVISA, que também entra nesse bolo. É uma avalanche que cai em cima do produtor rural, e só do produtor rural, e o está esmagando.

Ora, a lei tem que se ajustar à realidade, não a realidade à lei. Eu vivo e convivo na região mais pobre do País, nas fronteiras de Roraima, — tem uma senhora aqui — e não vejo trabalho escravo. Nunca vi trabalho escravo. E olhe que eu ando em tudo que é buraco, em tudo que é maloca, em tudo que é corrutela. Eu não vejo trabalho escravo. Eu vejo miséria. Eu vejo abandono. Eu vejo pobreza. Pobreza que atinge os trabalhadores, sim, mas que atinge o produtor também, que atinge também o proprietário, pobreza causada por este Governo ávido de sugar o sangue das pessoas, com essa carga monstruosa de impostos e que não dá nada em troca, não dá saúde, não dá educação.

A única coisa que dá — e diz que é com toda educação — é essa tropa que se comporta como se fossem *marines* adentrando o Iraque. Essa é a realidade. Como dizer que a Polícia Federal não tem conhecimento do que acontece com a sua tropa.



Como um comandante não tem o comando da sua tropa? Como a senhora diz que desconhece o que acontece com os seus fiscais? Quando a pessoa faz um concurso e é aprovada, essa pessoa se chama “concursada”. Aí, coloca aquele colete e saí atropelando o que aparece pela frente. Sadismo, sadismo! Isso é o que acontece— sadismo! — em prol de uma causa justa, ou seja, proteger o trabalhador.

Mas não há essa dicotomia trabalhador/produtor. Em Roraima, tínhamos os maranhenses que iam trabalhar conosco. E por que eles iam até Roraima? Porque nós pagávamos bem. E eles voltavam para Roraima — tivemos muitos exemplos disso —, compravam a sua terrinha, seu gadinho, contratavam uma pessoa e voltavam a trabalhar conosco. Todos os anos, comprava mais 4, 5 cabeças de gado. Quer dizer, não há distinção entre trabalhador e produtor. Na realidade, o trabalhador é apenas o que eu também fui: alguém que não consegui ainda ser proprietário.

Como dizer também que o proprietário é essa figura monstruosa, que tem o recurso, que tem dinheiro?

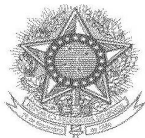
Essas multas são um absurdo. O agricultor vai perder todas, porque não vai se defender. Ele não tem dinheiro para contratar advogado. Como disse o nobre Deputado Piau, essas multas do IBAMA são efetivadas porque o agricultor não comparece para se defender. Muitas vezes, ele não tem dinheiro nem para comparecer no local da defesa. Como ele vai se defender? E aí ele tem multa do IBAMA, multa do Trabalho, multa da ANVISA Pelo amor de Deus! O que estão querendo?

Às vezes, nós ficamos nos perguntando como ocorreram aqueles crimes do Holocausto nazista. Como aquelas pessoas tiveram a capacidade de levar tantos seres humanos para a execução? Mas, quando vemos esses fiscais do IBAMA e esses agentes da Polícia Federal, acreditamos que, no Brasil, temos mão de obra para, se quisermos, amanhã ou depois, fazer câmaras para cremar gente e para fazer campos de extermínio.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Com a palavra o Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Caro Presidente, sempre tenho muita dificuldade em falar em ocasiões como esta, até porque concordo que pouco se



resolve. Tratamos do assunto, ouvimos as partes e, amanhã, continua tudo absolutamente igual. Não queria citar isso, mas há um sistema, que funciona.

Gostaria de começar apenas informando— e é pena que o representante da Polícia Federal tenha se retirado —que tenho 40 anos de vida pública, dos quais 35 em comando de órgãos públicos. Fui quatro vezes Ministro de Estado em Governos absolutamente diferentes. Então, antes de tudo, sou um gestor público. Conheço o servidor público. Sei o que é um servidor público, sei o que é um fiscal. Sei o que é dar autoridade a um fiscal. Comandei muitos fiscais também.

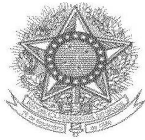
Por outro lado, sou daqueles que, como alguém disse no início, aos 8, 9. 10 anos ajudava os pais a tirar o leite da vaquinha às 5 horas da manhã, e tomando o chamado camargo. Nasci literalmente na enxada. Então, sei o que é uma pequena propriedade, sei como funciona.

Às vezes, olho para as nossas instituições e vejo nelas pessoas muitas até bem intencionadas, na maioria bem preparadas tecnicamente, diria que até ganhando relativamente muito bem. Possivelmente, a renda média de uma dessas pessoas normalmente é 10 a 15 vezes superior à de um plantador de batatas. E essas pessoas têm pouquíssimo conhecimento da realidade, do que acontece do campo, do que é um agricultor, como a cabeça dele funciona.

Ainda hoje — sou Relator de uma matéria, todos sabem, extremamente importante nesta Casa Congresso—, conversava com os técnicos do Governo, tanto da Presidência da República como do Ministério da Fazenda. E surgiu uma coisa muito simples: estabelecer um limite para os exportadores. Aí, perguntei se algum deles tinha ideia de quanto uma cooperativa, como a COAMO, e citei várias outras, exportam por ano. Nenhum deles tinha a menor ideia. Eram pelo menos dez técnicos altamente especializados, alguns com mestrado, com doutorado etc., e nenhum tinha a menor ideia. Aí eu disse: “*Mas chutem, meu Deus do céu, chutem!*” Aí um deles disse assim: “*Bom, pelo que o senhor falou, eu vou tentar chutar*”. Ele chutou um valor 20 vezes menor do que o real.

Isso mostra a visão urbana que se tem e a absoluta falta de conhecimento da realidade do que se passa lá embaixo. Até para ajudar a legislar e a fazer as coisas de forma melhor. Alguém aqui deixou isso muito claro.

Como Deputado, sou absolutamente vítima do sistema. Não tenho o direito, não tenho condições de apresentar um projeto de lei e fazer com que ele seja



aprovado. Não sei se alguém aqui tem. Eu não tenho, apesar de todos os meus anos de experiência. E acho que sou o Deputado mais antigo aqui. Não há como, porque há um sistema que conduz esse processo.

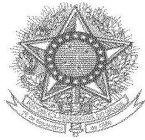
De maneira geral, o nosso agricultor é um sujeito muito simples. Quando o Meio Ambiente ou a Justiça do Trabalho diz “*o senhor contrate um advogado*”, eu afirmo que 80% deles não têm a menor condição de contratar um advogado. Não tem dinheiro, não tem recurso para isso. Quando se diz que ele tem de assinar um TAC, ele treme, ele não sabe exatamente o que é isso.

Vejam bem, estou falando da grande maioria. Por exemplo, conheço todos os cantos e recantos do Estado do Paraná. Lá, 90% dos agricultores são classificados como pequenos pelo INCRA. Não estou falando dos grandes fazendeiros, que podem contratar advogados. Essa é outra história.

Pessoalmente, não conheço esse TAC, mas vou citar um que vi há poucos dias em uma resolução, no caso do meio ambiente, que dizia o seguinte: “*Ao assinar, declaro que concordo com todas as imposições que me foram impostas pelos fiscais etc.*” Ele declara isso. Ele assume, senão não pode assinar o TAC. Isso eu li.

Segundo: “*Desisto de qualquer recurso em relação aos atos*”. Isso está em um ato baixado. Já o mostrei aqui. Vejam a dificuldade dessa pessoa em recorrer. Ela é uma pessoa simples. Por natureza, o agricultor é uma pessoa simples. Eu nem vou discutir se ele está certo ou errado. Quero dizer que ele é uma pessoa simples.

Essa reação do Marconi, que eu vi em várias audiências públicas, como no caso do Boca do Acre, em que 280 famílias choravam e se desesperavam, repete-se no dia a dia. Não há a menor dúvida de que a Polícia Federal é truculenta. Eu citaria centenas de exemplos, mas não há tempo, de pessoas que agentes policiais invadem a casa, prendem e, depois, chegam à conclusão de que não havia nada. Mas o prejuízo que se causou àquela pessoa é extraordinário, mesmo que ela esteja errada. Esses fiscais, acima de tudo, têm de ser educados. Acima de tudo, a ação deles tem de ser orientadora. Tudo bem, podem multar, mas multem com educação. Meu Deus do céu, chegar com uma metralhadora à casa de um agricultor é inconcebível. Não se pode imaginar isso. Essas pessoas tinham de ir presas por praticarem um ato desses. É não conhecer a realidade, a cabeça do nosso agricultor. Se chegassem assim ao meu pai ou ao meu avô, eles entrariam em parafuso. São pessoas de cabeça mais simples.



Essas ações têm de ser repensadas. Peço desculpas, minha cara Dra. Débora. Ouvi a senhora e, honestamente, achei a senhora arrogante, em dois momentos. Eu sei conhecer uma pessoa. Se há uma habilidade que tenho é essa. Achei a senhora arrogante. Mas não deveria. A senhora deveria ter a humildade de um servidor público, que ocupa o cargo para servir à sociedade. Até a pessoa que cometeu a infração é um cliente, e tem de ser tratado como tal. É óbvio que segundo as penas da lei, mas tem de ser bem tratado. A senhora só existe e só tem esse salário muito bom porque ele existe

Então, vejam bem, tenho muita preocupação ao tratar desses assuntos. Sei que isso não conduz a muita coisa, que serve, às vezes, apenas como um desabafo. Penso que as coisas têm de tomar outro rumo. Por mais erro que haja, não é imaginável que se façam essas agressões. E normalmente não são exceção os fiscais que, investidos na sua autoridade, os cometem. Os últimos fiscais que comandeï, já em duas ocasiões, são fiscais agropecuários. Mas não tenham dúvidas que eles efetivamente entram para valer. Poderíamos fazê-lo com o caráter um pouco mais humano, sem que com isso deixemos de defender o trabalhador rural. Em nenhum momento deixei de defender o trabalhador rural ou o trabalhador de forma geral.

Estou apenas dizendo isso em relação aos agricultores e plantadores de batatas, cuja renda média — e no meu Estado, Quitandinha é o maior produtor — é de 15 a 20 vezes mais baixa do que o da procuradora ou de qualquer membro do Ministério. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Sr. Deputado Reinhold Stephanes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Caiado.

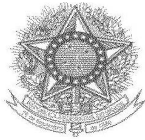
O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Sr. Presidente, solicito um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Só para concluir, Sr. Deputado Jesus.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Um pedido de esclarecimento, até onde sei, precede...

Quero só saber a questão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - São 5 minutos.



O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Quando comecei a marcar o tempo do Deputado Reinhold Stephanes, S.Exa. já falava há 5 minutos e falou mais 5. Então, S.Exa. utilizou 10 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Se V.Exa. quiser, falará novamente, Sr. Deputado Jesus, ao final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvimos tanto os expositores quanto vários Parlamentares e agricultores.

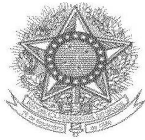
O que esta Comissão de Agricultura pede é exatamente o que o Ministro Reinhold Stephanes mencionou com muita sabedoria. Não podemos ter um viés maniqueísta: se alguém é produtor, é bandido. Então, não sendo produtor, tudo bem.

Os maiores desatinos dos dirigentes da General Motors não são tratados da maneira com que se trata um produtor rural brasileiro, de maneira alguma. Lá, pede-se autorização para entrar. O impressionante é que é difícil transmitir isso. Acho que o Deputado Reinhold Stephanes relatou muito bem a vida e o dia a dia do produtor rural.

Aconteceu um incidente e, de repente, todos os produtores rurais são rotulados pelo "incidente de Unai", como se aquele fosse o perfil do homem do campo. Um ato criminoso, uma barbárie, condenada por todos nós, e, de repente, querem retratar o produtor rural enfatizando isso. E os produtores rurais que foram chacinados, sequestrados, mutilados? Nós não os expusemos aqui, porque não queremos construir o Brasil com base em questões ideológicas que tentam inviabilizar a agropecuária brasileira.

Há poucos minutos, um produtor rural, em conversa comigo, Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, dizia o seguinte: *"Caiado, a ação deste Governo tem sido exatamente fazer com que os pequenos e médios produtores rurais sejam excluídos do campo"*. Excluídos do campo! É um jogo para concentração nas mãos de poucos no País!

Se os senhores forem a uma estrutura multinacional ou a um grande grupo empresarial, a instrução normativa vai estar sendo cumprida. Talvez, seja o único setor que tenha condições de cumpri-la. Mas se forem aos pequenos e médios



produtores rurais, verão que nenhum deles terá condições de cumprir, de atender às normas dessa instrução normativa. A regra é única? A condição é única?

Se esta audiência pública pudesse produzir um efeito, seria exatamente o de levar os senhores a uma reflexão no sentido de analisarem bem o prejuízo que estão trazendo ao campo e a mutilação na honra de milhares de pessoas, mutilação que jamais irão fazer com que elas se recuperem. Os proprietários que tiveram em suas propriedades a presença da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho não têm como mais voltar à sua vida normal. É depressão, é desestímulo, é o rótulo que paira sobre eles. E aí?

Diz a Dra. Débora: *“Nós decidiremos na Justiça”*. É muito fácil para um funcionário público dizer isso. Quem conhece as custas processuais? Quem conhece o custo de um advogado? Quem conhece as penas que lhe serão imposta de um dia para noite? Se ele não tem mais crédito, vai sobreviver como? Ele não comercializa mais o seu produto.

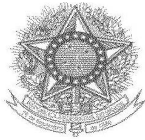
Então, por que não uma reorientação de tudo isso? Por que não? Precisamos de algo que não possa ser trabalhado, que não possa ser demonstrado? Onde existe o excesso? Onde há extravagância? Quais são as correções que devem ser feitas? Vamos fazê-las.

É muito duro para uma pessoa que está na labuta do seu dia a dia, enfrentando os problemas inerente à agricultura e à pecuária, de repente sofrer as multas que sofre e os senhores assistindo a todas elas serem repassadas para grandes grupos empresariais no Brasil. Esse é o jogo? Esta Comissão da Agricultura vai lutar duramente contra isso.

Há poucos dias, nobre Presidente, ouvimos aqui o relato de pessoas criadoras de passarinhos — passarinheiros com inscrição no IBAMA. Faço questão de citar: fotografias das casas arrombadas com coronha de metralhadora. Depois, dizem que isso tudo estava certo, mas que houve uma denúncia.

Enfim, não vou repetir aqui a quantidade de normas, mas, se algo positivo pode sair desta Comissão é que todos, por favor, tenhamos um ponto de concórdia, de entendimento. Não tenhamos essa posição belicosa no momento de se fazer uma auditoria ou de exigir os documentos e o cumprimento da lei. É isso que se pede: paz no campo. O produtor quer paz no campo para poder trabalhar.

É isso que nós desejamos.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado.

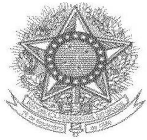
Com a palavra o Deputado Homero Pereira.

O SR. DEPUTADO HOMERO PEREIRA - Serei rápido, Sr. Presidente, até porque concordo em gênero, número e grau com os que me antecederam.

Não pude participar de toda esta reunião, porque estava numa outra Comissão, mas o tema também interessa muito ao meu Estado, Mato Grosso. Não é o caso específico de Ibiraiaras, mas a minha preocupação é sobre uma matéria que está tramitando nesta Casa: a PEC que vai regulamentar essa questão do trabalho escravo. E, agora, à luz da interpretação de um fiscal, podemos ter a nossa propriedade expropriada.

E isso, Dra. Débora, em relação a um tema que todos concordamos. Todos os Parlamentares que aqui estão, assim como todos os produtores, todos os membros do Ministério Público do Trabalho e servidores o Ministério do Trabalho condenamos o trabalho escravo. É mais ou menos semelhante ao que ocorreu com o Código Florestal. Todos concordavam que não deveria haver mais desmatamento ou coisa parecida, que queríamos paz, como disse o Deputado Ronaldo Caiado, para poder continuar produzindo na área que estamos produzindo. E virou um contencioso totalmente desnecessário. Naquele caso, estávamos buscando um conceito de sustentabilidade ambiental. Neste, estamos todos buscando um conceito de sustentabilidade social. Quem, em sã consciência, concorda com o trabalho escravo? Não concordamos é com o conceito de trabalho análogo ao de escravo, como reconheceu hoje o Advogado-Geral da União, Dr. Adams. Estivemos numa audiência com ele, e S.Exa. disse que precisamos conceituar essa questão, para não colocarmos numa vala comum produtores que acham que estão fazendo a coisa correta, ou que podem até estar cometendo alguma irregularidade trabalhista, e são enquadrados pela prática de trabalho escravo.

Então, temos que usar este momento do Parlamento, embora algumas vezes fique tenso, para encontrar pontos em comum, para trazer paz para o nosso País. O que somos nós, Deputados, ou agentes públicos, como os membros Ministério Público ou membros do Poder Executivo, se não pudermos ajudar a pacificar as relações, neste nosso País tão bom, tão rico, com tantos recursos naturais, de pessoas que podem ajudar no processo de transformação?

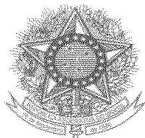


Então, o apelo que faço é que em audiências como esta possamos encontrar esses pontos em comum em torno daquilo que todos queremos. Queremos produzir em paz, queremos ter, como temos, uma boa relação com os nossos funcionários, com aqueles que nos ajudam. No entanto, os produtores somos tratados como se fôssemos agentes do mal. Há uma turma do mal e uma turma do bem. Produtor rural, normalmente, já é taxado como se fosse a “turma do mal”. Mas é a “turma do mal” que abastece a mesa das pessoas que moram na cidade — e já são 80% da população brasileira —, a preços compatíveis com a renda de cada um. É a “turma do mal” que gera os superávits para o nosso País estar entesourado com bilhões de dólares para fazer frente às crises mundiais; é a “turma do mal” que gera empregos. E poderia gerar mais! No entanto, a legislação trabalhista é tão avançada que avança, inclusive, sobre o emprego das pessoas. E cada vez mais vamos colocando tecnologia nas propriedades, substituindo a mão de obra por máquinas e equipamentos, porque a legislação é avançada demais na ótica daqueles que, em algum momento, a conceberam. Normalmente, não são leis; normalmente, são resoluções, instruções normativas, a exemplo dessa a que o Deputado Ronaldo Caiado se referiu, impossível de ser cumprida, a exemplo da famigerada MP 2.166, impossível de ser posta em prática na questão ambiental, e percebemos claramente na questão trabalhista também é assim.

Vejam bem: um ponto nós já temos em comum, todos concordamos com ele. No entanto, temos um contencioso na forma do procedimento de tratar um assunto tão delicado e tão importante para a Nação, como é a relação de trabalho no campo especialmente, porque na cidade percebemos que não existe esse “pré-conceito”. Qualquer coisa do campo é visto de forma preconceituosa, o que não vemos na cidade.

Este é o nosso País. Eu aqui não estava, mas os Deputados Ronaldo Caiado e Reinhold Stephanes aqui estavam quando a Constituição de 88 ampliou as prerrogativas do Ministério Público. Hoje, porém, percebemos claramente que ele passou a ser o grande alçó das coisas que acontecem, com o objetivo de tentar até solucionar questões justas, mas não vê o outro lado e se arvora de uma autoridade que certamente este Congresso Nacional vai rever dentro em breve.

Há projetos tramitando nesse sentido e — já falei isso para a Associação dos Ministérios Públicos do meu Estado. E na primeira oportunidade que for levado à



votação um projeto que tira prerrogativas do Ministério Público com certeza ele será aprovado, porque o sentimento da Casa é de que usurpam da prerrogativa do Congresso de legislar. Esperamos poder pacificar essa relação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, perdi o privilégio de ouvir a todos os expositores — ouvi o Vereador e o agricultor. Quem lhes fala aqui é um agricultor que aos 5 anos de idade trabalhava na enxada. Meu pai e minha mãe nos levavam numa caixinha de papelão para, à sombra do milho, trabalharmos e ajudarmos eles. Tenho 14 irmãos, todos são de lombo, todos com saúde, ninguém morreu porque trabalhou desde os 5 anos. Fui leiteiro até os 15 anos. Todos os meus irmãos foram criados assim. Hoje, encontro agricultores que dizem: *“Meu filho não pode trabalhar comigo e me ajudar”* — o sujeito já não tem mais capacidade, força de trabalho — *“porque a lei não me permite”*.

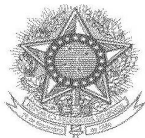
Eu queria, além de tudo que disseram aqui, levantar uma questão, meus conterrâneos do Rio Grande do Sul. Eu sou um gaúcho cansado, que foi para Santa Catarina, mas continuo admirando a gente daquela terra que reage. Parece que tudo começa pelo Rio Grande. Até o Brasil começa pelo Rio Grande.

(Não identificado) - Desculpem-me, só para esclarecer por que ele é gaúcho cansado: ele foi para o Paraná, não aguentou e ficou em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Fui ajudar Santa Catarina e me dei bem. Como agricultor, no cabo da enxada, virei agricultor. No meu escritório, em Chapecó, o meu troféu é a enxada do meu pai. Está lá para quem quiser ver. Quem estava atrás daquela enxada sabe o que é ser agricultor em 4 hectares de terra. Eu vivi isso e agora sou Deputado.

Então, tenho obrigação de me indignar com todas essas legislações, como disse o índio Sílvio da Silva, de Roraima: *“Parem de fazer leis, parem de complicar a nossa vida. Nós queremos trabalhar, produzir”*. Foi isso que o Sílvio da Silva, cacique de Raposa Serra do Sol, disse numa audiência pública lá em Roraima.

Mas eu queria, Dra. Débora, apelar ao Ministério Público para que tivesse bom senso. Eu fiz uma provocação a um promotor de Seara, Santa Catarina: *“Vamos fazer o seguinte: o senhor dá o seu salário para o agricultor viver com ele e você vai ficar*



moendo na roça, vivendo da renda que o agricultor tira na roça. Vamos fazer essa mudança?”

Com certeza, isso mudaria a cabeça dos membros do Ministério Público, dos ambientalistas radicais, o pessoal que coloca acima de tudo a ideologia, que é burra, preconceituosa. Queria que todos os fiscais, não só a Polícia Federal, fizessem isso. Porque parece que quando têm a prerrogativa de serem fiscais viram autoridade absoluta, podem mudar as leis, baixar instruções. A Constituição Federal vale menos que uma instrução normativa do seu chefe. Isso é geral.

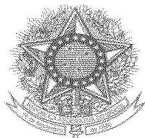
Por isso, estamos propondo a esta Casa a Frente Parlamentar da Desburocratização, para ver se conseguimos coibir esses atos infralegais que estão desgraçando o Brasil. Só em relação ao meio ambiente há 16 mil atos.

Mas a reflexão que eu queria fazer é a seguinte: quando os senhores chegarem perto de um agricultor, vejam quem é o escravo, se é o empregado ou o produtor rural. Esse é o verdadeiro escravo, que levanta às 4h30min da manhã para tirar leite e vender o litro a R\$0,50 ou R\$0,60. Esse agricultor que vive lá de qualquer jeito. Às vezes, não tem nem banheiro dentro de casa. Vão lá no Maranhão para ver! Eu fui esses dias lá para ver como vive o pequeno agricultor na Bahia. Esse é o escravo que levanta de madrugada, vai plantar, faça frio, faça sol; o leiteiro que fica atolado no meio da bosta de madrugada, homem e mulher, para vender o litro de leite a R\$0,50 ou a R\$0,60.

Não é só a batata, não. Assim também acontece com a maçã em Santa Catarina. O pessoal foi preso porque o beliche tinha 8 centímetros a menos do que estabelecia a norma do Ministério do Trabalho, presos, enquadrados pela prática de trabalho escravo. O plantador da maçã tem que arrancar suas macieiras porque não consegue mais trabalhador, porque causa do Bolsa Família e de não sei mais o quê.

O pessoal da erva-mate, para subir numa árvore e desgalhar uma erva-mate, Deputado Moacir Micheletto, têm que ir com toda uma parafernália. Parece um astronauta que vai para a lua. Ele não quer usar aquilo, e vai lá o Ministério, multa e o enquadra pela prática de trabalho escravo.

Não é mais possível! Temos que parar para pensar um pouquinho. Trabalho escravo é agricultor que planta sem saber se vai receber a remuneração do seu trabalho. Isso, sim, é trabalho escravo. Ele no final do mês não vai receber 24 mil ou 25 mil reais; ele não sabe se vai receber porque se chover, se o produto não tiver



preço, ele não recebe nada, trabalha o ano inteiro de graça e fica devendo ao banco e a terceiros o financiamento para fazer a sua lavoura. Para quê? Para produzir comida. Esse é o bandido que quer produzir comida, esse é o bandido que quer produzir batata!

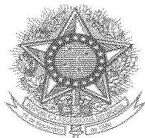
A maior greve deste País aconteceria se obedecêssemos a legislação trabalhista e ambiental. Não se produziria mais neste País! É isso que o pessoal quer? Acho que não! Então, vamos ter bom senso. Que a Polícia Federal vá caçar bandidos, traficantes, e deixe os agricultores em paz.

Pelo amor de Deus! O agricultor treme quando vê uma farda, ele vai para o mato. Em Santa Catarina, os plantadores de cebola se embrenhavam no mato e estouravam foguetes quando os fiscais iam embora. Então, voltavam para produzir. Agricultor faz parceria. Eu vou lá e faço mutirão. Isso é centenário. Um agricultor ajuda o outro. Mas o Ministério vai lá e prende e multa, porque não tem carteira assinada. Mas o cara é parceiro, está ajudando o vizinho. Então, o vizinho é multado por trazer o vizinho para ajudá-lo. As coisas no campo são diferentes, não são iguais às da cidade. Nós temos que respeitar isso ou vamos inviabilizar este País.

Trabalho escravo, encerrando, Sr. Presidente. Está aqui a PEC 438 para ser votada. Enquadraram como produtor de psicotrópicos, como aquele que pratica o trabalho escravo. Quem pratica o trabalho escravo tem que ser preso, mas há leis duras suficientes para fazer isso, não precisamos fazer uma nova lei. Sem haver o conceito do que é trabalho escravo, que é o impedimento de ir e vir, não podemos aprovar isso, porque qualquer fiscal vai chegar e enquadrar. *“Não sou do teu time, não sou do teu partido, vou te enquadrar em trabalho escravo e tomar a tua propriedade”*. O bandido, por maior crime que seja o crime que praticar, perde o direito à liberdade, mas não perde a propriedade.

Está na hora de sentarmos à mesa e desamarmos os espíritos, como estamos fazendo com os fiscais do Ministério da Agricultura. Vamos sentar e conversar. Não há bichos do lado de lá nem do lado de cá. São pessoas que querem produzir comida. E, quando esse pessoal não quiser mais produzir comida, não adianta ter um salário bom. Dinheiro é bom quando se tem comida para comprar; se não tiver, não adianta ter dinheiro.

É isso que temos de colocar na mesa de discussão. Esta Casa tem que ter coragem para resolver isso. Ah! mas são os Deputados que fazem a lei! Os



Deputados fazem a lei, quem interpreta é o Judiciário e quem executa é o Executivo. E, muitas vezes, uma norma, uma instrução normativa vale mais que a Constituição Federal. É isso que temos de coibir neste País. Não é mais possível que cada um faça a sua lei. Se for assim, não precisa mais Congresso Nacional, não precisa mais Governo. Cada um faz o que quer.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

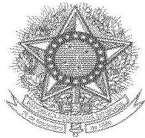
Com a palavra o autor do requerimento para a realização desta audiência pública, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que acompanham esta sessão, o objetivo de trazer este caso à Comissão de Agricultura, juntamente com a experiência similar da Bahia, foi o de buscar fazer aquilo que talvez seja uma das coisas mais importantes para o Governo. E vou sair do Governo para chegar ao Estado, porque aqui temos três Poderes — o Poder Executivo, representado pelo Dr. Guilherme Moreira; temos o Ministério Público, representado pela Dra. Débora Farias; e temos o Parlamento, representado pelos Deputados;

Eu fiquei realmente muito impressionado. Quando vejo uma pessoa muito aferrada a dogmas, nunca acho isso bom. O argumento é de que não podemos discutir nossas diferenças. Então, vamos direto para a Justiça, porque lá é que se dirimem as dúvidas. Mas a ordem para que a Polícia Federal invadisse a propriedade foi dada, sem dúvida. Estou firme no meu dogma — e acho que o colega não devia ter saído, não. Daí de cima, não pode dizer isso, mas de baixo, eu posso, como Parlamentar. Quem coordena o trabalho é o responsável. Se ele não estava, esse tal de Dr. Rodrigo, na propriedade, foi ele que deu a ordem para ir. Quem responde pela tropa é quem comanda, é quem tem de ser responsabilizado.

É muito fácil assinar o TAC. Assina o TAC e aí assume tudo. Assume tudo, me dá razão e eu vou dormir em paz com o meu dogma confirmado mais uma vez: eu estou certo.

A Justiça pressupõe-se cega. Aliás, nos bancos em que se formaram, os procuradores do Trabalho aprenderam isso. Mas a Justiça, mesmo cega, não é



insensível. Senão, porque se muda Código Civil, Código Penal? E o tal direito alternativo não é o direito dos mais humildes? A relativização da lei já chegou a fazer escola no Judiciário brasileiro.

Eu realmente faço coro com todos aqueles que se entristeceram nesta tarde/noite, porque o objetivo desta audiência pública era buscar apenas uma coisa: diálogo, entendimento, orientação. Mas a letra fria da lei é o que vale. Nós legislamos, mas o poder discricionário do Estado brasileiro na questão ambiental colocou 4,5 milhões produtores rurais, dos 5,2 milhões existentes no Brasil, na ilegalidade, sem que um voto fosse proferido em nome do povo.

Eu ainda tenho esperança no Ministério Público do Trabalho, no Ministério do Trabalho, na Polícia Federal. Eu acredito na boa-fé e na boa vontade das pessoas. Eu ainda acredito que vamos ter lá em Ibiraiaras e em Luis Eduardo Magalhães uma ação educativa, uma ação preventiva, uma ação orientativa — e tudo isso rima com dignidade.

Não há lado. Não pode haver lado, quando olhamos para a comunidade. “Ah, *estou deste lado*”. Não. Todos nós somos brasileiros. Todos nós temos direitos iguais perante a lei ou deveríamos ter, apesar de que neste País tenta-se diferenciar as pessoas pela cor da pele, pela conta bancária. Mas isso é outra discussão em que não quero entrar.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que tenho esperança no Ministério do Trabalho, que tem à sua frente um homem de grande sensibilidade social, porque ele veio das profundezas da pobreza. Eu conheço a história de vida do Ministro Carlos Lupi: ele veio lá dos confins da pobreza. Se estivesse sentado aí, o Ministro se sensibilizaria com as palavras do Marconi Christianetti e do Presidente do Sindicato Rural de Luis Eduardo Magalhães.

Eu ainda tenho esperança de que aconteça aquilo que ocorreu com o Deputado Aldo Rebelo fez, que fez um mergulho no Brasil produtivo. Ele entrou no Código Florestal pensando de um jeito e saiu pensando de outro, pelo seu profundo sentimento de brasilidade.

É isso que esperamos das autoridades, Dra. Débora: jamais negar a lei, mas ser capaz de enxergar através dela e transformar a vida das pessoas.



As pessoas que saem do Maranhão para trabalhar em Ibiraiaras já têm, talvez, uma condição melhor do que tinham naquele Estado; senão, elas não sairiam de lá. Ninguém vai para onde é pior, para começar a conversa.

Segundo, se tiver apoio do Ministério Público e do Ministério do Trabalho, tenho certeza absoluta de que a comunidade de Ibiraiaras... Como disse aqui o meu adversário político, o Deputado Marcon, Parlamentar por quem tenho profundo respeito, pela sua raiz popular e porque é outro homem que conhece a realidade do Brasil: *“Eu conheço a comunidade de Ibiraiaras, e na comunidade de Ibiraiaras o patrão, que não existe, almoça na mesma mesa do empregado, que também não existe”*. Eles são companheiros de trabalho, companheiros de jornada, mesmo que breve, mesmo que curta, para catar batata, porque ali existe uma coisa que não há Bolsa Família que dê: a dignidade do trabalho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Micheletto) - Peço ao Deputado Onyx Lorenzoni que assuma a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Consulto os senhores e das senhoras presentes à Mesa sobre se desejam manifestar, porque temos que encaminhar o fim desta reunião por conta da Ordem do Dia no plenário da Casa.

Tem a palavra o Presidente do Sindicato Rural de Luis Eduardo Magalhães, por 1 minuto.

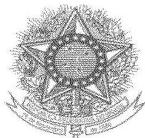
O SR. VANIR ANTÔNIO KÖLLN - Quero só dizer que para mim, pessoalmente, e também para toda a liderança sindical da nossa região foi um momento único poder ter estado aqui a convite dos Deputados, principalmente do Deputado Oziel Oliveira, a quem quero agradecer.

O que foi exibido no vídeo nós colocamos à disposição das autoridades presentes. Os depoimentos todos estão devidamente embasados. Aliás, repito, já assinei uma declaração com referência às abordagens.

A forma empolgada com que falei se deve ao fato de ter tido pouco tempo, mas me coloco à disposição, como Diretor da Federação Baiana de Agricultura.

Sou nordestino de coração há 26 anos, e meus netos certamente não de ser baianos, nordestinos também. No entanto, somos brasileiros como todos que nos antecederam.

Agora, é preciso que realmente tenhamos sempre bom senso. Talvez não tenha havido bom senso naquele caso do Antônio com o patrão Paulo. Quando o



Deputado Oziel Oliveira perguntou para a Dra. Débora qual seria a saída que ela imaginava para aquele caso, ela foi muito feliz ao dizer que não havia saída. O grande mestre já nos disse: *“nos momentos de incerteza não proferimos nenhuma palavra e muito menos uma decisão”*. Talvez aquele representante, naquele momento, não tenha tido a inteligência dela para se manter neutro; ele proferiu uma sentença, e hoje o produtor está pagando a conta.

Então, é nesse sentido que peço que haja bom senso, como todos destacaram. Somos tão brasileiros como qualquer um que tenha nascido neste País.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Com a palavra o Sr. Marconi Christianetti, Presidente do Consórcio de Empregadores Rurais de Ibiraiaras.

O SR. MARCONI CHRISTIANETTI - Gostaria de fazer duas pequenas ressalvas.

Dra. Débora, eu gostaria que a senhora ficasse sabendo que a situação não é como lhe chegou, tanto que vários dos maranhenses já estão de volta ao Município. Gostaram do lugar e voltaram para morar e formar família.

Outra coisa: quero fazer minhas as palavras do Deputado Onix Lorenzoni, porque tenho esperanças de que possamos — eu, representando o Condomínio — sentar para conversar. Se a senhora acha que tem mesmo que ir para a Justiça, tudo bem, a gente vai.

A SRA. DÉBORA TITO FARIAS - Podemos fazer uma audiência lá.

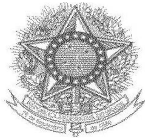
O SR. MARCONI CHRISTIANETTI - É isso que queremos. Queremos conversar, para chegar a um ponto que fique bom para todas as partes. É lógico que vamos conseguir tudo de um ano para o outro, mas queremos fazer a coisa certa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Com a Vereador Luiz Orlando Clímaco, Presidente da Câmara Municipal de Ibiraiaras.

O SR. LUIZ ORLANDO DOS SANTOS CLÍMACO - Deputado Onyx Lorenzoni, público que nos prestigia, Srs. Deputados que se sensibilizaram com o nosso problema, essa moção de repúdio que fizemos, Dra. Débora, é o sentimento de toda a nossa cidade.

Nós conhecemos os produtores. Eles não são marginais, não são bandidos, não são empregadores de mão de obra escrava. E eu gostaria que a senhora revisse



a sua posição no sentido de levar isso à Justiça; que a senhora pudesse ir ao nosso Município, sentasse com todos os produtores e viesse realmente como os catadores de batata são tratados. Ao meio-dia, eles comem churrasco com os produtores, eles são tratados com carinho, eles são tratados com respeito. A roupa que a sociedade deu para eles — uma caçamba e meia de roupa —, eles deixaram jogadas lá. Eles trabalhavam no frio, porque não queriam roupa. Eles descartavam as luvas, porque não sabem trabalhar com elas na terra. Eles não querem as luvas. E o produtor vai fazer o quê?

Eu observava a tensão de uma senhora que falou antes. Quando as pessoas falavam sobre os produtores, a cara que ela fazia. Os produtores já estão condenados por aquela senhora.. Não adianta ir à Justiça.

Então, temos que sentar e rever essa posição.

Era isso, Sr. Deputado.

Obrigado.

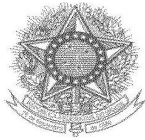
O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Quero, por dever de justiça — ele já havia me solicitado —, conceder a palavra ao Vereador Alexandre Zwistes, de Ibiraiaras, por 1 minuto.

O SR. ALEXANDRE ZWISTES - Obrigado, Sr. Deputado, pela oportunidade.

Eu só gostaria que a Comissão levasse em conta, na hora do fechamento do relatório, o abuso de poder, sim, do Ministério Público e da Polícia Federal. Falou muito bem o Deputado Marcon quando disse que existe uma diferença entre trabalhador rural e bandido.

Há uma moção de repúdio encaminhada pela Câmara de Vereadores de Ibiraiaras e assinada por todos os Vereadores, que representam sete partidos políticos. O Prefeito é eleito por consenso; os Vereadores são eleitos por consenso, entre oito partidos políticos.

Quero também dizer a cada um que está aqui e a cada um que vai assistir a esta reunião que, quando sentar hoje à noite para jantar — quem tiver a oportunidade de jantar, porque nem todo mundo tem um prato de comida —, lembre que se tem aquela comida à mesa é porque alguém tem terra em baixo da unha, é porque alguém tem a mão calejada; senão, a comida não estaria ali na mesa. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Em conclusão, já que nenhum dos outros membros da Mesa quer se manifestar, quero fazer os encaminhamentos e pedir à Secretaria da Comissão...

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Pois não, Deputado Oziel.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Eu gostaria de solicitar que fosse dada palavra por 1 minuto ao Presidente do Sindicato Patronal de Barreiras, porque ele não teve oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Pois não. Tem a palavra o Sr. Moisés Schmidt, Vice-Presidente do Sindicato Patronal de Barreiras.

O SR. MOISÉS SCHMIDT - Neste momento, eu gostaria de agradecer ao Deputado Oziel Oliveira, que representa a nossa região, e ao Vanir, que nos representou muito bem como o Presidente do Sindicato Rural de Luis Eduardo Magalhães.

Quero só deixar a mensagem de que estou assustado com a insensibilidade dos representantes dos Poderes Públicos que passaram por aqui. Essa é a mensagem que consigo deixar e que vou levar para os produtores. Sinceramente, vou chegar lá e dizer que estou assustado.

Eu estava comentando agora há pouco que há uma realidade: é melhor alguém arrendar propriedade para grandes produtores do que se dedicar à produção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado.

Peço então à Secretaria de Comissão de Agricultura que fique atenta para o seguinte, porque vamos ter que votar isso amanhã na Comissão: que a degravação desta audiência pública seja enviada à Corregedoria da Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e à Corregedoria-Geral do Trabalho e ao Ministério do Trabalho, com o objetivo de fazer com que seja apreciado tudo o que aqui foi dito e debatido, todos os posicionamentos expostos.

Sugiro aos Srs. Deputados que levem, nesta ou na próxima semana, já que a degravação leva em média duas semanas, um conjunto de requerimentos sobre seu posicionamento em relação ao que ocorreu aqui, para que isso possa ser enviado pela Comissão de Agricultura e para que a situação que vivemos tenha repercussão nas instâncias superiores que aqui estiveram representadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Só uma sugestão: o envio desse material também para o Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - O.k. Vamos também tomar essa providência.

No mais, quero agradecer a todos a presença e dar por encerrada esta reunião, lembrando aos Srs. Parlamentares que amanhã, às 10h, haverá reunião ordinária da Comissão de Agricultura, sob a presidência do Deputado Lira Maia.